

Relatório do Exercício 2015



PSS - Seguridade Social

ÍNDICE



1. MENSAGEM AOS PARTICIPANTES	05
2. PATROCINADORAS	06
3. ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS	06
4. PLANOS PREVIDENCIÁRIOS	07
5. PLANO B	
5.1 Quadro de Participantes e Assistidos	08
5.2 Demonstrações Financeiras	08
5.3 Parecer Atuarial	09
5.4 Demonstrativos dos Investimentos	16
5.5 Demonstrativo de Gestão	18
5.6 Política de Investimentos Vigente em 2015	19
6. PLANO C	
6.1 Quadro de Participantes e Assistidos	22
6.2 Demonstrações Financeiras	22
6.3 Pareceres Atuariais	23
6.4 Demonstrativos dos Investimentos	35
6.5 Rentabilidade por Perfil de Investimento	36
6.6 Demonstrativo de Gestão	37
6.7 Política de Investimentos Vigente em 2015	37
7. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS	41
8. PARECERES	
8.1 Parecer do Conselho Fiscal	59
8.2 Parecer do Conselho Deliberativo	59
9. DEMONSTRATIVOS DE INVESTIMENTOS	
9.1 Anexo I – Renda Fixa	60
9.2 Anexo II – Renda Variável	69

1 Mensagem aos Participantes

Uma grave crise econômica e política se instalou no Brasil no ano de 2015, provocada pelo desequilíbrio orçamentário, pela queda dos preços dos principais produtos exportados (minério de ferro e grãos) e por escândalos de corrupção. Essa situação, além de afetar a governabilidade, provocou a escalada da inflação, uma forte depreciação cambial, o aumento das taxas de juros e do desemprego, bem como, uma significativa queda da renda das empresas e das famílias.

A crise prejudicou a maioria dos fundos de pensão brasileiros, mas, apesar dela, se comparados aos indicadores de mercado, os resultados dos investimentos da PSS em 2015 tiveram um desempenho satisfatório, a exemplo do que vem ocorrendo nos últimos anos, conforme pode ser observado no quadro abaixo

RENTABILIDADES -%			
	1 ano	5 anos	11 anos
PLANO B			
RENDA FIXA	13,02	65,53	316,25
TOTAL DO PLANO	12,23	70,27	337,87
PLANO C			
RENDA FIXA	14,33	65,91	304,07
RENDA VARIÁVEL	(12,20)	(15,67)	116,85
INDICADORES			
MÉDIA FUNDOS DE PENSÃO ABRAPP(*)	5,22	47,39	269,16
INFLAÇÃO(**)+6% AO ANO	17,02	87,49	248,61
SELIC	13,27	64,63	242,38
POUPANÇA	7,94	40,72	121,28
INFLAÇÃO (**)	10,40	40,10	83,63
IBOVESPA	(13,31)	(37,45)	65,49

(*) Fonte: ABRAPP - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar

(**) Inflação - Índice IPC-DI - FGV



Também merece destaque o fato do Plano B ter encerrado o ano com um superavit acumulado de R\$ 165 milhões e o Plano C com um saldo no Fundo Especial de R\$ 136 milhões. Isso atesta a boa solidez da PSS, já que esses valores são formados pelo excesso de cobertura das obrigações desses planos para pagamento de benefícios.

Em março o Conselho Deliberativo aprovou a retirada de patrocínio da Sopho dos planos de benefícios da PSS e em dezembro foi aprovada a retirada de todas as demais patrocinadoras. A previsão é que cada processo deve levar pelo menos dois anos para ser encerrado.

No restante desse relatório poderão ser analisadas detalhadamente mais informações relativas à gestão dos Planos.

Boa leitura!

Diretoria Executiva

2 Patrocinadoras

Patrocinadoras dos Planos B e C

PSS – Seguridade Social
Inbraphil – Inds. Brasileiras Philips Ltda.
Philips do Brasil Ltda.
Lumileds Iluminação Brasil Ltda.
Philips Medical Systems Ltda.
Sopho Business Communications - Soluções Empresariais Ltda.

Patrocinadoras apenas do Plano C

Dixtal Biomédica Indústria e Comércio Ltda.
Dixtal Tecnologia Indústria e Comércio Ltda.
Philips Clinical Informatics – Sistemas de Informação Ltda.
Gibson Innovations do Brasil Indústria Eletrônica Ltda.*

Patrocinadora apenas do Plano B

Atos Brasil Ltda.

* Única patrocinadora não solidária. Portanto, possui parecer atuarial específico, o qual pode ser consultado na página 29.

3 Órgãos Estatutários

A direção da PSS é exercida pelo Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva de acordo com as atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social. As responsabilidades, bem como, a composição desses órgãos em dezembro de 2015, são as seguintes:

Conselho Deliberativo:

Órgão responsável pelas diretrizes da Entidade.

Euben Silveira Monteiro Junior	- Presidente
Patrícia Frossard Piteri Naufel	- Secretária
Iuliana Alina Asiminei	
Marcelo Roberto de Menezes Dourado	- Representante dos Participantes Ativos
Márcio Avila Barbosa	
Oswaldo Pasqual Castanha	- Representante dos Participantes Assistidos

Conselho Fiscal:

Órgão responsável pela fiscalização da Entidade.

José Francisco de Alvarenga	- Presidente
	- Representante dos Participantes
Edson Minto Dias	
Tereza Cristina Leal Rodrigues Bessa	

Diretoria Executiva:

Órgão responsável pela administração da Entidade.

José Carlos Craveiro Cadima	- Diretor Administrativo
Luiz Augusto Bastos Dias da Silva	- Diretor Gerente e Financeiro
	- Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ)
Wagner Fria	- Diretor de Seguridade

4 Planos Previdenciários



A PSS administra dois planos de benefícios distintos, cujas principais características são as seguintes:

Plano B - Benefício Definido (BD)

Neste plano, criado em 1977 e fechado a novas adesões desde 1996, os participantes conhecem previamente o valor do benefício, pois no momento da aposentadoria lhes é garantido um percentual do salário. O valor do benefício é calculado de acordo com a função que o participante exerce na empresa patrocinadora e seu tempo de participação na PSS, independente do montante acumulado durante o período de contribuição.

O participante contribui com um percentual de seu salário, definido pela sua idade na data de adesão ao plano. Esse percentual e a contribuição da empresa podem variar de acordo com a avaliação atuarial anual.

As contribuições formam um fundo coletivo que, acrescido dos rendimentos dos investimentos, garante o pagamento dos benefícios.

Plano C - Contribuição Variável (CV)

Neste plano, aberto para novas adesões desde 1996, os participantes definem o valor das contribuições que farão ao longo dos anos. O valor do benefício é calculado sobre o saldo de conta total, montante acumulado durante o período de contribuição e acrescido da rentabilidade obtida nos investimentos realizados. Quanto maior o período e o valor da contribuição, maior é o benefício.

A contribuição mensal varia de 3% a 8% sobre o salário, de acordo com o percentual escolhido pelo participante, o qual define a contribuição, de mesmo valor, a ser paga pela patrocinadora e, além disso, há a possibilidade do participante efetuar contribuições voluntárias mensais.

O saldo de conta total, base para o cálculo do benefício, é formado pelas contribuições do participante, da patrocinadora, das contribuições voluntárias e da rentabilidade dos investimentos.

5 Plano B

5.1 Quadro de Participantes e Assistidos

Em 31 de dezembro de 2015 a posição de participantes era:

Patrocinadora	Ativos	Assistidos	Total	
			2015	2014
Philips	12	3.086	3.098	3.127
Sopho	1	2	3	3
LP Displays (*)	1	416	417	422
Atos Brasil (*)	3	53	56	56
Autopatrocínio	1	-	1	1
BPD (Vesting)	90	-	90	106
Auxílio Doença	-	5	5	7
Total	108	3.562	3.670	3.722

(*) inclui participantes remanescentes dos planos de retirada de patrocínio

5.2 Demonstrações Financeiras

5.2.1 Demonstração do Ativo Líquido

R\$ MIL

DESCRIÇÃO	2015	2014	Varição (%)
1. Ativos	1.638.148	1.576.325	3,92
Disponível	53	468	(88,68)
Recebível	2.488	2.334	6,60
Investimento	1.635.607	1.573.523	3,95
Debêntures	40.918	44.543	(8,14)
Fundos de Investimento	1.558.468	1.487.110	4,80
Investimentos Imobiliários	35.009	40.651	(13,88)
Empréstimos e Financiamentos	1.212	1.219	(0,57)
2. Obrigações	41.280	36.587	12,83
Operacional	1.812	1.720	5,35
Contingencial	39.468	34.867	13,20
3. Fundos não Previdenciais	-	-	-
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	1.596.868	1.539.738	3,71
Provisões Matemáticas	1.431.143	1.406.214	1,77
Superávit/Déficit Técnico	164.705	131.515	25,24
Fundos Previdenciais	1.020	2.009	(49,23)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	164.705	131.515	25,24
b) (+/-) Ajuste de Precificação	22.605	43.376	(47,89)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	164.705	131.515	25,24



5.2.2 Demonstração da Mutação do Ativo Líquido

R\$ MIL

DESCRIÇÃO		2015	2014	Variacão (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	1.539.738	1.427.315	7,88
	1. Adições	183.193	225.696	(18,83)
(+)	Contribuições Previdenciais	67	343	(80,47)
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	183.126	225.353	(18,74)
	2. Destinações	(126.063)	(113.273)	11,29
(-)	Benefícios	(121.592)	(112.173)	8,40
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(4.471)	(1.100)	306,45
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	57.130	112.423	(49,18)
(+/-)	Provisões Matemáticas	24.929	115.418	(78,40)
(+/-)	Fundos Previdenciais	(989)	498	(298,59)
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	33.190	(3.493)	(1.050,19)
	4. Operações Transitórias	-	-	-
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	1.596.868	1.539.738	3,71
	C) Fundos não previdenciais	-	-	-

5.3 Parecer Atuarial

5.3.1 Patrocinadoras Solidárias

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2015 do Plano de Benefícios B da PSS - Seguridade Social, utilizamos o cadastro de dados individuais fornecido pela entidade posicionado em 30/06/2015.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela PSS - Seguridade Social verificamos que eles estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas   inteiramente das patrocinadoras, do administrador do plano e de seus representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

As patrocinadoras do Plano de Benefícios B, a saber: PSS - Seguridade Social, Inbraphil - Inds. Brasileiras Philips Ltda., Philips do Brasil Ltda., Lumileds Iluminação Brasil Ltda. (ex-Philips Eletrônica do Nordeste Ltda.), Philips Medical Systems Ltda., Sopho Business Communications - Soluções Empresariais Ltda. e Atos Brasil Ltda.; são solidárias entre si no que concerne às obrigações referentes   cobertura de

benefícios oferecidos pela PSS - Seguridade Social aos participantes e respectivos beneficiários desse plano.

A patrocinadora Sopho Business Communications – Soluções Empresariais Ltda. solicitou retirada de patrocínio, cujo processo encontra-se em análise da Previc.

A PSS – Seguridade Social comunicou   Previc o recebimento da notificação das empresas do Grupo Philips (Inbraphil – Inds. Brasileiras Philips Ltda., Philips do Brasil Ltda., Lumileds Iluminação Brasil Ltda. e Philips Medical Systems Ltda.), da Atos Brasil Ltda. e da PSS – Seguridade Social sobre a decisão de retirar o patrocínio do Plano de Benefícios B.

Os resultados da avaliação atuarial apresentados a seguir estão posicionados em 31/12/2015.

O Plano de Benefícios B da PSS - Seguridade Social encontra-se em extinção desde 01/10/1996.

A avaliação atuarial   qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pela Portaria n  242, de 11/05/2012, publicada na D.O.U. de 14/05/2012.

I - Estatísticas

Benefícios a Conceder	30/06/2015
Participantes ativos (considerando os autopatrocinados)	
Número	14
Idade média (em anos)	50
Tempo de serviço médio (em anos)	23
Participantes em aguardo de benefício proporcional ¹	
Número	97

¹ Inclui os participantes considerados como benefício proporcional diferido presumido

Benefícios Concedidos	30/06/2015
Número de aposentados válidos	2.323
Idade média (em anos)	70
Valor médio do benefício (em reais)	3.086,33
Número de aposentados inválidos ¹	406
Idade média (em anos)	65
Valor médio do benefício (em reais)	1.316,93
Número de pensionistas (grupos familiares)	844
Idade média (em anos)	72
Valor médio do benefício (em reais)	2.218,71

¹ Inclui os auxílios-doença há mais de 2 anos

II - Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e a PSS - Seguridade Social e contam com o aval das patrocinadoras do Plano de Benefícios B conforme determina a redação vigente da Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006 e a Instrução nº 23,

de 26/06/2015, considerando a aplicação facultativa desta Instrução para a avaliação atuarial do encerramento do exercício de 2015.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos do plano foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Hipóteses Econômicas e Financeiras	2015	2014
Taxa real anual de juro	6,00% a.a.	5,50% a.a.
Projeção do crescimento real de salário	2,50% a.a.	2,50% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo	0% a.a.	0% a.a.
- Salários	98%	98%
- Benefícios do plano	98%	98%

Hipóteses Biométricas e Demográficas	2015	2014
Tábua de Mortalidade Geral	AT – 2000 ¹	AT – 2000 ¹
Tábua de Mortalidade de Inválidos	CSO – 1958	CSO – 1958
Tábua de Entrada de Invalidez	RRB – 1944 modificada	RRB – 1944 modificada
Tábua de Rotatividade	Experiência das patrocinadoras da PSS nos anos de 2005 a 2009	Experiência das patrocinadoras da PSS nos anos de 2005 a 2009
Tábua de Morbidez	Experiência Willis Towers Watson	Experiência Willis Towers Watson

¹ Constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10%, segregada por sexo



Outras hipóteses	2015	2014	2012
Probabilidade de aposentadoria	Experiência PSS nos anos de 2005 a 2009	Experiência PSS nos anos de 2005 a 2009	Experiência PSS nos anos de 2005 a 2009
Composição familiar			
- Benefícios concedidos			
- Aposentados	Cônjuge informado.		Cônjuge informado.
- Pensionistas	Família Real		Família Real
- Benefícios a conceder			
- Cônjuge	Mulher 4 anos mais nova que o homem		Mulher 4 anos mais nova que o homem
- Probabilidade de casados na aposentadoria	95%		95%
- Filhos	2 filhos cujo tempo que falta para atingirem a maioria é igual a (55 - idade do participante) / 2		2 filhos cujo tempo que falta para atingirem a maioria é igual a (55 - idade do participante) / 2

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

Taxa real anual de juro

A taxa real anual de juro, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determina a redação vigente da Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006 e a Instrução nº 23, de 26/06/2015, considerando a aplicação facultativa desta Instrução para a avaliação atuarial do encerramento do exercício de 2015, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a convergência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A Willis Towers Watson efetuou estudo técnico específico visando atender ao disposto na Instrução nº 23/2015, cujo objetivo é justificar a utilização da taxa real de juros de 6,00% a.a. para a avaliação atuarial do exercício de 2015 do Plano de Benefícios B, uma vez que essa taxa não está no intervalo do limite da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média.

Os resultados do estudo, considerando a distribuição da rentabilidade real líquida projetada para o Plano, obtidos nos mil cenários estocásticos pela alocação dos investimentos em 31/12/2014, indicaram significativa capacidade de rentabilização dos ativos do plano, superiores, na média, a 6,00% a.a. até o ano de 2068, período este no qual aproximadamente 99,9% do passivo atuarial do plano é coberto.

Quando apurada a TIR do passivo, obteve-se, com intervalo de confiança de 59%, suporte para a adoção da taxa real de juros de 6,00% a.a. Assim, pode-se afirmar, com elevado nível de confiabilidade estatística a aderência da taxa real de juros de 6,00% a.a., premissa a ser utilizada no Plano de Benefícios B, às características de sua massa de participantes, ao seu regulamento e a sua carteira de investimentos, e a convergência entre essa taxa real de juros e a taxa de retorno real dos recursos garantidores, conforme "Relatório Substanciado Estudo Técnico de Aderência da Taxa Real de Juros Instrução PREVIC Nº 23/2015" de Setembro/2015 elaborado pela Willis Towers Watson.

Os dados cadastrais do estudo foram providenciados e validados pelo Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB) e as informações relativas aos investimentos providenciadas e validadas pelo Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ).

O estudo acima foi aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo em 29/09/2015, conforme atas de reuniões. Após esta data, esse estudo foi submetido à Previc e aprovado através do Ofício nº 255/2016/PREVIC em 01/02/2016, com autorização para utilizar a taxa real anual de juro de 6,00% a.a. na avaliação atuarial de 2015.

Sendo assim, a PSS e as patrocinadoras do Plano de Benefícios B optaram por adotar a taxa real anual de juro de 6,00% a.a. na avaliação atuarial de 2015.

Projeção do crescimento real de salário

A taxa de projeção do crescimento real de salário deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo das patrocinadoras do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

A Willis Towers Watson, responsável pela avaliação atuarial do Plano de Benefícios B, realizou, em agosto de 2015, estudo de aderência da hipótese de projeção de crescimento real de salários para atender aos dispositivos previstos nas bases técnicas da redação vigente da Resolução CGPC nº 18/2006 e da Instrução nº 23 de 26/06/2015, considerando a aplicação facultativa desta Instrução para a avaliação atuarial do encerramento do exercício de 2015, apresentando o crescimento salarial de 2,50% a.a.

Os dados cadastrais do estudo foram providenciados e validados pelo Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB). O estudo acima foi aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho Deliberativo em 29/09/2015, conforme atas de reuniões.

As patrocinadoras consideram que a taxa de projeção do crescimento real dos salários apontada no estudo reflete as suas expectativas com relação à evolução futura média dos salários ao longo da carreira do empregado, de acordo com a respectiva política de Recursos Humanos.

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção de um fator de 98% reflete a expectativa de uma inflação anual entre 3,4% e 5,7% a.a. aproximadamente. Considerando que as projeções futuras de inflação de longo prazo apontam para uma inflação em torno de 5,0% a 5,5%, entende-se ser adequada a manutenção de um fator de capacidade de 98%.

Hipóteses Biométricas e Demográficas

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrências de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

Objetivando identificar as tábuas biométricas e demográficas que melhor se ajustem aos perfis de morte, invalidez e rotatividade da massa de participantes do Plano de Benefícios B da PSS - Seguridade Social foi realizada uma análise de aderência das hipóteses.

Os resultados da análise de aderência de hipóteses realizada em agosto de 2014 indicaram a adoção da tábua de mortalidade geral AT-2000 Basic suavizada em 10% segregada por sexo e a manutenção das demais tábuas adotadas em 2013.

A Willis Towers Watson recomenda o contínuo acompanhamento das ocorrências na análise de aderência.

Regime Financeiro e Métodos Atuariais

- Regime de Repartição Simples – Pecúlio por Morte do Ativo, Resgate e Portabilidade;
- Regime de Repartição de Capitais de Cobertura – Suplementação por Morte do Ativo, Suplementação do Auxílio-Doença e Suplementação do Auxílio-Reclusão;
- Regime de Capitalização (Método do Crédito Unitário Projetado) – Suplementação de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Suplementação de Aposentadoria Especial, Suplementação de Aposentadoria por Idade, Suplementação de Aposentadoria por Invalidez, Suplementação decorrente do Benefício Proporcional Diferido, Suplementação por Morte do Assistido e Pecúlio por Morte do Assistido.

O método atuarial adotado gera custos ligeiramente crescentes, porém este efeito pode ser minimizado, ou mesmo anulado, caso haja rotatividade superior à admitida nas hipóteses atuariais.

III - Patrimônio Social

Com base no Balanço da PSS - Seguridade Social de 31 de dezembro de 2015, o Patrimônio Social atribuível às patrocinadoras solidárias do Plano de Benefícios B é de R\$ 1.596.867.720,64.

De acordo com informações prestadas pela PSS para a manutenção de títulos mantidos até o vencimento (marcados na curva), o Plano de Benefícios B possui instrumentos de controle que permitem gerenciar o monitoramento da capacidade de atendimento das necessidades de liquidez em função dos direitos dos participantes e assistidos, das obrigações do plano e do perfil do exigível atuarial do plano de benefícios conforme determina Resolução CGPC nº 4/2002.

A Willis Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela PSS - Seguridade Social.



IV – Patrimônio de Cobertura, Provisões e Fundos do Plano

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões e dos Fundos em 31 de dezembro de 2015 é a seguinte:

	Valores em R\$
Patrimônio Social	1.596.867.720,64
Patrimônio de Cobertura do Plano	1.595.848.020,25
Provisões Matemáticas	1.431.143.382,00
Benefícios Concedidos	1.410.519.104,00
Contribuição Definida	0,00
Saldo de Conta de Assistidos	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	1.410.519.104,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	1.104.752.424,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	305.766.680,00
Benefícios a Conceder	20.624.278,00
Contribuição Definida	0,00
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)	0,00
Saldo de Contas – Parcela Participantes	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	20.564.785,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	20.664.047,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	(63.993,74)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(35.268,26)
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	59.493,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	65.621,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	(3.950,69)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(2.177,31)
Provisão Matemática a Constituir	0,00
Serviço Passado	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Déficit Equacionado	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Assistidos	0,00
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Assistidos	0,00
Equilíbrio Técnico	164.704.638,25
Resultados Realizados	164.704.638,25
Superávit Técnico Acumulado	164.704.638,25
Reserva de Contingência	164.704.638,25
Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00
Déficit Técnico Acumulado	0,00
Resultados a Realizar	0,00
Fundos	1.019.700,39
Fundo Previdencial	1.019.700,39
Fundo de Retirada LPD	1.019.700,39
Fundo Administrativo	0,00
Fundo de Investimento	0,00

O Fundo de Retirada LPD é constituído pelos valores individuais a serem pagos aos participantes da patrocinadora LP Displays Brasil Ltda., conforme avaliação atuarial de retirada efetuada em 30/11/2006, atualizados para 31/12/2015 de acordo com o disposto no Termo de Rescisão de Convênio de Adesão e na Nota Técnica de Retirada de patrocinadora, aprovada através de despacho da Previc publicado no D.O.U. de 21/09/2007.

Reserva de Contingência

De acordo com o art. 7º da Resolução CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 22/2015, o resultado superavitário deve ser destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela fórmula $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{provisão matemática}$, o que for menor.

Considerando que a duração do passivo apurada em 31/12/2014 do Plano de Benefícios B foi de 9,8 anos, o limite de 19,8% das provisões matemáticas passa a ser o valor máximo a ser alocado em reserva de contingência. Sendo assim, foi alocado na reserva de contingência a totalidade do superávit equivalente à R\$ 164.704.638,25, cujo valor representa 11,5% das provisões matemáticas e é inferior ao limite, não tendo reserva especial para revisão de plano em 31/12/2015.

Ajuste de Precificação

Para a avaliação atuarial do encerramento do exercício de 2015, passa a ser obrigatório o cálculo e aplicação do ajuste de precificação, conforme disposto na Resolução CNPC nº 16/2014, nas situações de equacionamento de déficit e destinação de superávit.

Como não há reserva especial para revisão de plano a ser destinada, não se aplica em 31/12/2015 o ajuste de precificação.

V - Variação do Passivo Atuarial

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2015 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2014 atualizado, pelo método de recorrência, para 31/12/2015.

	Valores em R\$		
	Exercício Encerrado	Exercício Anterior Atualizado	Variação em %
Passivo Atuarial	1.431.143.382,00	1.503.394.810,83	-4,81%
Benefícios Concedidos	1.410.519.104,00	1.474.663.659,51	-4,35%
Benefícios a Conceder	20.624.278,00	28.731.151,32	-28,22%

As provisões matemáticas de benefícios concedidos e a conceder reduziram principalmente devido ao aumento da taxa real anual de juro (5,50% para 6,00%).

Os compromissos atuariais apurados na avaliação atuarial de 2015 variaram dentro do esperado considerando a evolução da massa de participantes e as hipóteses selecionadas.

VI - Plano de Custeio

Patrocinadoras

De acordo com a Lei Complementar nº 109/2001, as patrocinadoras deverão efetuar, durante o ano de 2016, as contribuições equivalentes a 5,14% da folha de salários dos participantes correspondente ao custo normal.

As despesas administrativas serão custeadas pelos resultados dos investimentos, conforme RPGA (Regulamento do Plano de gestão Administrativa) elaborado pela PSS.

Participantes

Os participantes efetuarão contribuições conforme previsto no Regulamento do plano. Essas contribuições foram estimadas em 31/12/2015 em 2,83% da folha de salários de participantes do plano, tomando por base os dados cadastrais posicionados em 30/06/2015.

Autopatrocínados

Os participantes do Plano de Benefícios B da PSS que perderem o vínculo empregatício com as patrocinadoras e optarem por continuar na condição de autopatrocinados deverão recolher à PSS, durante o exercício de 2016, contribuição correspondente a 5,14% do seu salário de participação referente à contribuição mensal das patrocinadoras mais um percentual do salário de participação de acordo com o Anexo 2 do Regulamento do Plano de Benefícios B referente à contribuição mensal do participante.

Resumo comparativo do plano de custeio

Apresentamos a seguir quadro comparativo dos percentuais indicados para 2015 com os que deverão ser praticados em 2016.

Taxas de contribuição em % da folha de participação	Novo plano de custeio (a vigorar a partir de 01/01/2016)	Plano de custeio anterior
Patrocinadoras		
Normal	5,14%	7,15%
Contribuição Total das Patrocinadoras	5,14%	7,15%



VII - Conclusão

O aumento do superávit quando comparado com o exercício de 2014 decorre principalmente das reduções das provisões matemáticas face ao aumento da taxa real anual de juro no exercício de 2015.

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios B da PSS - Seguridade Social, informamos que o plano encontra-se financeiramente equilibrado em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceites.

Este parecer atuarial foi elaborado para a PSS - Seguridade Social com o propósito de apresentar os resultados da avaliação atuarial em 31/12/2015. Este documento não se destina ou deve ser utilizado para outros fins. Qualquer outro destinatário será considerado como tendo concordado que a Willis Towers Watson tem responsabilidade apenas com a PSS - Seguridade Social em relação a todas as questões relativas a este documento, e se basear neste documento não resultará na criação de qualquer direito ou responsabilidade pela Willis Towers Watson para tal destinatário.

Willis Towers Watson

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2016.

Carla Maria Seabra Assunção Lobianco

MIBA n° 842

Thaís Lobo A. de Mendonça

MIBA n° 2.254

5.4 Demonstrativos dos Investimentos

a) Debêntures Perpétuas

O saldo em 31 de dezembro de 2015 de R\$ 40.918 (R\$ 44.543 em 2014), refere-se a 2.300 debêntures emitidas pela Hauscenter S.A., coproprietária do Edifício Word Trade Center em São Paulo (WTC), as quais estão registradas ao preço de custo, acrescido dos rendimentos contratuais auferidos até a data do balanço, e ajustadas por provisões para reduzi-las ao seu valor estimado de realização, o qual foi obtido em laudo de avaliação da Cushman & Wakefield Semco, em novembro de 2015. Os rendimentos distribuídos pelas debêntures e apropriados ao resultado no ano de 2015 foram de R\$ 4.712 (R\$ 5.202 no ano de 2014).

EMISSOR	R\$ MIL	Percentual (%)			
		Distribuição no Plano	Rentabilidade	Índice de Referência ⁽¹⁾	Divergência não Planejada ⁽²⁾
DEBÊNTURES: Hauscenter S/A	40.918	2,50	2,15	17,02	(14,87)

(1) IPC-DI/FGV + 6,00% ao ano

(2) Divergência não planejada é a diferença entre a rentabilidade do segmento e o índice de referência

b) Fundos de Investimento - Renda Fixa

Os ativos estão separados em duas carteiras. A carteira Passiva, composta pelo FI Renda Fixa Plano B, onde estão alocados os títulos classificados como mantidos até o vencimento, e, a carteira Ativa, composta pelos FI Renda Fixa Plano B II e Plano B III, onde estão alocados títulos classificados como para negociação. A rentabilidade do fundo da carteira Passiva foi calculada baseando-se nas taxas históricas de aquisição de seus títulos ("marcação na curva"). Por outro lado, as rentabilidades dos fundos da carteira Ativa foram calculadas baseando-se nas taxas vigentes no mercado de seus títulos ("marcação a mercado").

Segmento	R\$ MIL		Quantidade de Cotas	Percentual (%)				
	Patrimônio	Despesas Administrativas		Distribuição no Plano	Distribuição entre Gestores	Rentabilidade Líquida	Índice de Referência	Divergência Não Planejada ⁽³⁾
Renda Fixa								
Fundo / Gestor								
- FI Renda Fixa Plano B / Bradesco	960.959	515	244.745,03267	58,75	61,66	17,18	17,02 ⁽¹⁾	0,16
- FI Renda Fixa Plano B II / Itaú-Unibanco	327.477	268	87.711,99389	20,02	21,01	7,27	17,47 ⁽²⁾	(10,20)
- FI Renda Fixa Plano B III / BTG Pactual	270.032	923	71.903,42733	16,51	17,33	7,54	17,47 ⁽²⁾	(9,93)
Total	1.558.468	1.706	-	95,28	100,00	13,02	17,02	(4,00)

(1) IPC-DI/FGV + 6,00% ao ano

(2) A partir de 02/03/2015, os FIs Plano B II e Plano B III, passaram a ter como benchmark a meta atuarial do nosso plano de benefício definido, que é de 6,00% ao ano

(3) Divergência não planejada é a diferença entre a rentabilidade do segmento e o índice de referência

Obs.: A composição detalhada dos fundos acima pode ser encontrada no anexo I.

c) Investimentos Imobiliários

Em 2015, a Entidade realizou a reavaliação dos imóveis localizados na Av. Roque Petroni Junior nº 999 (5º, 6º e 7º andares) e no situado na Avenida Doutor Cardoso de Melo nº 1855 (conjunto 121). O efeito dessas reavaliações foi reconhecido contabilmente em dezembro de 2015, resultando em uma diminuição da carteira imobiliária de R\$ 5.554, passando para R\$ 35.009 ao final de 2015. Os laudos foram elaborados pela empresa Cushman & Wakefield.

Ao final do exercício, após os eventos acima, o segmento imobiliário tinha a seguinte composição:



IMÓVEL	R\$ MIL	Percentual (%)			
		Distribuição no Plano	Rentabilidade	Índice de Referência ⁽¹⁾	Divergência não Planejada ⁽²⁾
Carteira de aluguéis e renda:					
Av. Roque Petroni Junior, 999 - 5º, 6º e 7º andares - São Paulo	32.485	2,00	(13,41)	17,02	(30,43)
Rua Dr. Cardoso de Mello, 1.855 - conj. 121 - São Paulo	2.524	0,15	(8,39)	17,02	(25,41)
TOTAL	35.009	2,15	(6,16)	17,02	(23,18)

(1) IPC-DIIFGV + 6,00% ao ano

(2) Divergência não planejada é a diferença entre a rentabilidade do segmento e o índice de referência

d) Empréstimos a Participantes

Ao final do exercício a quantidade de contratos contraídos pelos Participantes era de 323. A composição desse segmento encontra-se abaixo.

Empréstimos e Financiamentos	R\$ MIL	Quantidade de Contratos	Percentual (%)			
			Distribuição no Plano	Rentabilidade	Índice de Referência ⁽¹⁾	Divergência não Planejada ⁽²⁾
Total	1.212	323	0,07	17,15	17,02	0,13

(1) IPC-DIIFGV + 6,00% ao ano

(2) Divergência não planejada é a diferença entre a rentabilidade do segmento e o índice de referência

e) Total do Plano (Gestão Terceirizada + Própria)

Segmento	R\$ MIL	Percentual (%)			
		Distribuição no Plano	Rentabilidade	Índice de Referência ⁽¹⁾	Divergência Não Planejada ⁽²⁾
TODOS (Item a + b + c +d)	1.635.607	100,00	12,23	17,02	(4,79)

(1) IPC-DIIFGV + 6,00% ao ano

(2) Divergência não planejada é a diferença entre a rentabilidade do segmento e o índice de referência

5.5 Demonstrativo de Gestão

5.5.1 Plano de Gestão Administrativa (PGA) - Interna

R\$ MIL

DESCRIÇÃO	2015	2014	Variação %
1. Custeio da Gestão Administrativa (Receitas)	3.627	3.473	4,43
1.1.Receitas	3.627	3.473	4,43
Custeio Administrativo dos Investimentos	3.627	3.473	4,43
2. Despesas Administrativas	3.627	3.473	4,43
2.1.Administração Previdencial	2.485	2.246	10,64
Pessoal e encargos	1.499	1.300	15,31
Serviços de terceiros	727	688	5,67
Despesas gerais	138	147	(6,12)
Tributos	121	109	11,01
Depreciações e amortizações	-	2	(100,00)
2.2.Administração dos Investimentos	1.022	1.107	(7,68)
Pessoal e encargos	545	596	(8,56)
Serviços de terceiros	408	435	(6,21)
Despesas gerais	21	24	(12,50)
Tributos	48	52	(7,69)
2.4 Outras Despesas	120	120	-
Despesas Administrativas (2) / Ativo do Plano (Item - 5.2.1)	(*) 0,22	(*) 0,22	

(*) Inferior ao limite de 0,40% estabelecido pelo Conselho Deliberativo no RPGA (Regulamento do Plano de Gestão Administrativa)

5.5.2 Gestão de Investimentos - Externa (Terceirizada)

R\$ MIL

DESCRIÇÃO	2015	2014	Variação %
- Custódia	542	513	5,65
- Taxa Administrativa	216	208	3,85
- Taxa Performance	663	129	413,95
- Taxa Fiscalização CVM	145	104	39,42
- Despesas Gerais	115	103	11,65
- Auditorias	25	40	(37,50)
TOTAL	1.706	1.097	55,52

5.6 Política de Investimentos Vigente em 2015

(Aprovada pelo Conselho Deliberativo em 17 de dezembro de 2014)

5.6.1 Objetivos

Esta versão da Política de Investimentos, que estará em vigor durante o ano de 2015, tem como objetivo definir as diretrizes dos investimentos do Plano B da PSS, para os gestores e o custodiante dos recursos, os órgãos reguladores, os participantes e os beneficiários.

Nesse sentido ela contempla:

- Definir a alocação dos recursos e os limites por segmento de aplicação.
- Comunicar a taxa atuarial.
- Comunicar as metas de rentabilidade para cada segmento de aplicação.
- Definir a metodologia e os critérios para avaliação dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional e legal.
- Estabelecer a metodologia para valorização dos ativos financeiros.
- Estabelecer a utilização de instrumentos derivativos.
- Esclarecer a observância de princípios de responsabilidade sócio-ambiental nos investimentos.
- Estabelecer critérios para contratação e avaliação dos gestores dos recursos.
- Comunicar as funções do custodiante dos recursos.

5.6.2 Alocação de Recursos

Dado que a maioria dos participantes do Plano B já está suplementada, seu fluxo de pagamento de benefícios tem boa previsibilidade. Portanto, os investimentos para saldário deverão preferencialmente ser realizados de forma a garantir liquidez previsível no curto, médio e longo prazo.

A seguir descreve-se a estratégia para cada um dos segmentos de alocação:

5.6.2.1) Renda Fixa

O Plano manterá no mínimo 90% investido em renda fixa, através de fundos de investimento exclusivos, ou seja, onde a PSS é a única cotista. As carteiras desses fundos terão preponderantemente ativos indexados ao IPCA do IBGE. Os ativos desse segmento serão divididos nas seguintes carteiras:

- a) Gestão Passiva, onde serão alocados os títulos que deverão ser levados a vencimento, pois não há intenção de negocia-los.
- b) Gestão Ativa, onde serão alocados títulos que não deverão ser levados a vencimento, pois eles podem ser negociados antes.

Devido à conjuntura macro econômica, e/ou, visando uma melhoria do fluxo de caixa do plano, a critério da Diretoria Executiva, assessorada pelo Comitê de Investimentos, durante o transcorrer do ano poderão ocorrer movimentos táticos de transferência de títulos e de caixa da carteira Ativa para a Passiva, e/ou, de caixa da carteira Passiva para a Ativa.

Os ativos poderão ser títulos públicos federais, certificados e recibos de depósito bancários (CDBs/RDBs), depósitos a prazo com garantia especial (DPGEs), letras financeiras bancárias, debêntures, certificados de recebíveis imobiliários (CRIs) e fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs).

O total dos recursos aplicados em CDBs/RDBs e letras financeiras bancárias, por emissor, não deverá ultrapassar 5% do patrimônio dos fundos. Para debêntures, DPGEs, CRIs e FIDCs esse limite será de 2% por emissor e 30% a nível consolidado de cada fundo.

Ao contrário dos títulos privados, não haverá limite quanto à alocação de títulos públicos, exceto os estaduais e municipais, cuja alocação não será permitida.

No mercado secundário os gestores deverão preferencialmente transacionar títulos através de plataformas eletrônicas, mas quando isso não for possível e caso os preços negociados se situem fora da banda de preços da Anbima, eles deverão preparar relatório a ser encaminhado ao Conselho Fiscal da PSS nos termos da Resolução CGPC nº 21 de 25 de setembro de 2006.

5.6.2.2) Imóveis

A alocação máxima permitida pela legislação em imóveis é de 8%. Embora a PSS esteja abaixo desse limite, não há a intenção de aumentar os investimentos nesse segmento em 2015.

5.6.2.3) Renda Variável

A alocação nesse segmento ocorrerá através da propriedade de debentures perpétuas emitidas pela Sociedade de Propósito específico, denominada Hauscenter, que tem participação nos resultados do World Trade Center (WTC) de São Paulo.

5.6.2.4) Empréstimos a Participantes

Para esse segmento, o limite total será de 5% dos recursos do Plano.

O limite para as operações com cada um dos participantes ativos e assistidos será de cinco e duas vezes o salário/benefício respectivamente. A taxa de juros cobrada será igual a IPC/DI da FGV + 6% ao ano. Além disso, será cobrada, no ato da liberação de cada empréstimo, uma taxa administrativa.

5.6.3 Taxa Atuarial do Plano

A taxa atuarial para o cálculo atuarial de 2014, aprovada pelo Conselho Deliberativo em reunião mantida em 18 de setembro de 2014, é de 5,5% ao ano.

5.6.4 Meta de Rentabilidade dos Segmentos

5.6.4.1) Renda Fixa

- a) A Carteira Passiva terá como meta de rentabilidade o mesmo valor definido para meta atuarial.
- b) A carteira Ativa terá como meta a rentabilidade do índice IMAB5+, que é divulgada pela ANBIMA para uma



carteira teórica composta por títulos públicos federais com prazo a decorrer superior a 5 anos indexados pelo IPCA.

Devido à conjuntura macro econômica, e/ou, visando uma melhoria do fluxo de caixa do plano, a critério da Diretoria Executiva, assessorada pelo Comitê de Investimentos, durante o transcorrer do ano o benchmark da carteira Ativa poderá ser alterado.

5.6.4.2) Demais Segmentos

Para os demais segmentos não mencionados acima, a meta de rentabilidade será IPC- DI da FGV mais 5,5% ao ano.

5.6.5 Critérios de Gestão de Riscos

5.6.5.1) Risco de Crédito

Quanto ao risco de crédito dos investimentos no segmento Renda Fixa, o Plano somente poderá manter títulos avaliados por pelo menos uma das agências abaixo com as respectivas avaliações (ratings) mínimas:

Agência	Maior 1 Ano	Até 1 Ano
FITCH RATINGS MOODY'S INVESTOR STANDARD & POORS	A-(bra) Aa3.br brA -	F2+(bra) BR-2 brA-2

Caso duas ou mais agências classifiquem o mesmo título, deverá ser considerada a pior avaliação, que, caso não atinja os níveis mínimos acima estabelecidos, acarretará na impossibilidade da alocação no título.

Os empréstimos a participantes da PSS, visando resguardar o risco de crédito, serão concedidos conforme as Normas de Concessão de Empréstimos aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 21/05/2007.

5.6.5.2) Risco de Liquidez

O risco de liquidez será bastante reduzido dado que grande parte dos investimentos do Plano será mantida em títulos públicos federais de renda fixa.

5.6.5.3) Risco de Mercado

A DNP do Plano e dos segmentos de investimento será calculada no intuito de quantificar os desvios dos retornos em relação à taxa mínima atuarial ou metas de rentabilidade.

Além disso, no segmento de Renda Fixa, para evitar grandes desvios em relação à meta de rentabilidade especificada no item 5.6.4.1.b, os fundos exclusivos da Carteira Ativa terão como limite de VAR Relativo Paramétrico o valor de 0,2% ao mês com 95% de intervalo de confiança.

5.6.5.4) Risco Operacional

Visando mitigar o risco operacional causado por falhas humanas, fraudes e fragilidade nos mecanismos de controle interno, a PSS adotará a segregação de funções entre as suas áreas, manuais de controle e auditorias externas.

5.6.5.5) Risco Legal

Para evitar inadequação dos contratos firmados pela Entidade, das alterações nos Regulamentos dos Planos de Benefício e do Estatuto da Entidade, haverá uma análise prévia por parte de advogado especializado na área de Previdência Complementar Fechada.

5.6.6 Metodologia para a Valorização dos Ativos Financeiros

Os ativos de renda fixa da carteira Passiva serão avaliados em sua maioria pelos respectivos custos de aquisição, ou

seja, será feita a chamada "marcação na curva".

Os ativos de renda fixa da carteira Ativa serão avaliados pelos respectivos preços de mercado, ou seja, será feita a chamada "marcação a mercado".

Os ativos imobiliários serão reavaliados a pelo menos cada 3 anos, conforme determina a legislação.

5.6.7 Operações com Derivativos

As operações com derivativos deverão ter como objetivo a proteção de até 100% das posições em ativos de renda fixa detidas a vista.

5.6.8 Princípios de Responsabilidade Sócio-Ambiental nos Investimentos

Os gestores deverão levar em conta, para direcionar os investimentos dos fundos, também os princípios de responsabilidade sócio-ambiental das empresas.

5.6.9 Critérios para a Contratação e Avaliação dos Gestores de Investimento

Os gestores externos de investimento do segmento de renda fixa (Bradesco, Itaú Unibanco e BTG Pactual) foram selecionados com base em um ranking preparado por consultor externo, e, dado o seu desempenho no biênio 2012/2013, serão mantidos para o biênio 2014/2015.

Estes gestores serão avaliados permanentemente pela Diretoria Executiva com base na solidez, tradição, capacitação técnica, carteira de clientes, nível de cumprimento desta política de investimentos e através de indicadores de desempenho.

No biênio 2014 e 2015 para os fundos de Gestão Ativa, o gestor último colocado em termos de rentabilidade, e que, não superar a meta de rentabilidade acumulada deste período, será passível de descredenciamento em 2016.

A ocorrência de mais de dois desenquadramentos voluntários anuais de risco poderá provocar o descredenciamento do gestor a qualquer tempo, a critério da Diretoria Executiva.

5.6.10 Custódia

A custódia dos ativos mobiliários do Plano B será centralizada no Banco Itaú, o qual tem como responsabilidades:

- liquidação financeira dos movimentos nos fundos;
- registro e guarda dos títulos;
- valorização dos ativos e das cotas dos fundos;
- consolidação das informações para consultas.



6 Plano C

6.1 Quadro de Participantes e Assistidos

Em 31 de dezembro de 2015 a posição de participantes era:

Patrocinadora	Ativos	Assistidos	Total	
			2015	2014
Philips	1.350	330	1.680	1.830
Gibson	166	3	169	255
Sopho	72	4	76	92
LP Displays (*)	12	38	50	51
Atos Brasil (*)	5	19	24	28
Jabil (*)	20	1	21	30
Autopatrocínio	213	-	213	221
BPD (Vesting)	210	-	210	187
Auxílio Doença	-	21	21	27
Total	2.048	416	2.464	2.721

(*) Inclui participantes remanescentes dos planos de retirada de patrocínio

6.2 Demonstrações Financeiras

6.2.1 Demonstração do Ativo Líquido

R\$ MIL

DESCRIÇÃO	2015	2014	Variação (%)
1. Ativos	1.045.809	983.878	6,29
Disponível	187	247	(24,29)
Recebível	956	997	(4,11)
Investimento	1.044.666	982.634	6,31
Fundos de Investimento	1.038.861	975.513	6,49
Empréstimos e Financiamentos	6.005	7.121	(15,67)
2. Obrigações	1.090	1.044	4,41
Operacional	986	934	5,57
Contingencial	104	110	(5,45)
3. Fundos não Previdenciais	-	-	-
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	1.044.719	982.834	6,30
Provisões Matemáticas	906.561	851.922	6,41
Fundos Previdenciais	138.158	130.912	5,54
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	-	-	-
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	-	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	-	-	-



R\$ MIL

6.2.2 Demonstração da Mutação do Ativo Líquido

DESCRIÇÃO		2015	2014	Variacão (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	982.834	942.951	4,23
	1. Adic�es	102.422	108.476	(5,58)
(+)	Contribui�es Previdenciais	12.441	12.945	(3,89)
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	89.975	95.531	(5,82)
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	6	-	100,00
	2. Destina�es	(40.537)	(68.593)	(40,90)
(-)	Benefícios	(40.537)	(68.519)	(40,84)
(-)	Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	(74)	(100,00)
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	61.885	39.883	55,17
(+/-)	Provisões Matemáticas	54.640	44.920	21,64
(+/-)	Fundos Previdenciais	7.245	(5.037)	(243,84)
	4. Opera�es Transitórias	-	-	-
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	1.044.719	982.834	6,30
	C) Fundos não previdenciais	-	-	-

6.3 Pareceres Atuariais

6.3.1 Patrocinadoras Solidárias

Para fins da avalia o atuarial referente ao exercício de 2015 do Plano de Benefícios C da PSS - Seguridade Social, utilizamos o cadastro de dados individuais fornecido pela entidade posicionado em 30/06/2015.

Após a análise detalhada desses dados e corre es feitas pela PSS - Seguridade Social verificamos que eles estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realiza o da avalia o atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informa es prestadas   inteiramente das patrocinadoras, do administrador do plano e de seus representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informa es prestadas.

As patrocinadoras do Plano de Benefícios C, a saber: PSS - Seguridade Social, Inbraphil - Inds. Brasileiras Philips Ltda., Philips do Brasil Ltda., Lumileds Ilumina o Brasil Ltda. (ex-Philips Eletrônica do Nordeste Ltda.), Philips Medical Systems Ltda., Sopho Business Communications - Solu es Empresariais Ltda., Dixtal Tecnologia Ind. e Com. Ltda., Dixtal Biomédica Ind. e Com. Ltda. e Philips Clinical Informatics - Sistemas de Informa o Ltda.; são solidárias entre si no que concerne às obriga es referentes   cobertura de benefícios oferecidos pela PSS - Seguridade

Social aos participantes e respectivos beneficiários desse plano. A Gibson Innovations do Brasil Indústria Eletrônica Ltda. patrocina o plano de forma não solidária e, por essa razão, possui patrimônio segregado e custeio próprio.

A patrocinadora Sopho Business Communications – Solu es Empresariais Ltda. encontra-se em processo de retirada e o mesmo encontra-se em análise da Previc.

A PSS – Seguridade Social comunicou   Previc o recebimento da notifica o das empresas do Grupo Philips (Inbraphil – Inds. Brasileiras Philips Ltda., Philips do Brasil Ltda., Lumileds Ilumina o Brasil Ltda., Philips Medical Systems Ltda., Dixtal Tecnologia Ind. e Com. Ltda., Dixtal Biomédica Ind. e Com. Ltda. e Philips Clinical Informatics – Sistemas de Informa o Ltda.), da Gibson Innovations do Brasil Indústria Eletrônica Ltda. e da PSS – Seguridade Social sobre a decisão de retirar o patrocínio do Plano de Benefícios C.

Os resultados da avalia o atuarial apresentados a seguir estão posicionados em 31/12/2015 e referem-se às patrocinadoras solidárias.

A avalia o atuarial   qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pela Portaria n  258, de 18/05/2012, publicada na D.O.U. de 21/05/2012.

I - Estatísticas

Benefícios a Conceder	30/06/2015
Participantes ativos (considerando os autopatrocinados)	
Número	1.783
Idade média (em anos)	37
Tempo de serviço médio (em anos)	7
Participantes em aguardo de benefício proporcional ¹	
Número	186

¹ Inclui os participantes considerados como benefício proporcional diferido presumido

Benefícios Concedidos	30/06/2015
Número de aposentados válidos	252
Idade média (em anos)	62
Valor médio do benefício (em reais)	9.085,39
Número de aposentados inválidos ¹	76
Idade média (em anos)	50
Valor médio do benefício (em reais)	1.422,52
Número de pensionistas (grupos familiares)	57
Idade média (em anos)	55
Valor médio do benefício (em reais)	2.962,81

¹ Inclui os auxílios-doença há mais de 2 anos

II - Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e a PSS - Seguridade Social e contam com o aval das patrocinadoras do Plano de Benefícios C conforme determina a redação vigente da Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006 e a Instrução nº 23, de 26/06/2015,

considerando a aplicação facultativa desta Instrução para a avaliação atuarial do encerramento do exercício de 2015.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos da parcela de benefício definido do plano foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Hipóteses Econômicas e Financeiras	2015	2014
Taxa real anual de juro	5,34% a.a.	5,21% a.a.
Projeção do crescimento real de salário	2,50% a.a.	2,50% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo	0% a.a.	0% a.a.
- Salários	98%	98%
- Benefícios do plano	98%	98%

Hipóteses Biométricas e Demográficas	2015	2014
Tábua de Mortalidade Geral	AT – 2000 ¹	AT – 2000 ¹
Tábua de Mortalidade de Inválidos	CSO – 1958	CSO – 1958
Tábua de Entrada de Invalidez	RRB – 1944 modificada	RRB – 1944 modificada
Tábua de Rotatividade	Experiência PSS jul/2012 a jun/2014	Experiência PSS jul/2012 a jun/2014
Tábua de Morbidez	Experiência WillisTowers Watson	Experiência WillisTowers Watson

¹ Constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10%, segregada por sexo



Outras hipóteses	2015	2014
Composição familiar		
- Benefícios concedidos		
- Aposentados	Cônjuge informado.	Cônjuge informado.
- Pensionistas	Família Real	Família Real
- Benefícios a conceder		
- Cônjuge	Mulher 4 anos mais nova que o homem	Mulher 4 anos mais nova que o homem
- Probabilidade de casados na aposentadoria	95%	95%
- Filhos	2 filhos cujo tempo que falta para atingirem a maioridade é igual a (55 - idade do participante) / 2	2 filhos cujo tempo que falta para atingirem a maioridade é igual a (55 - idade do participante) / 2

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

Taxa real anual de juro

A taxa real anual de juro, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determina a redação vigente da Resolução CGPC nº 18 de 28/3/2006 e a Instrução nº 23, de 26/06/2015, considerando a aplicação facultativa desta Instrução para a avaliação atuarial do encerramento do exercício de 2015, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a convergência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A Willis Towers Watson foi contratada pela PSS para desenvolver tal estudo utilizando os fluxos de benefícios e contribuições do plano, elaborados com as hipóteses atuariais indicadas no Parecer Atuarial de 2014 e segundo as regras do plano de benefícios estabelecidas no regulamento vigente aprovado.

O resultado do estudo de aderência e adequação da taxa de juro indicou significativa capacidade de rentabilização dos ativos do plano a 5,50% a.a., na média.

Quando apurada a TIR dos passivos, obteve-se, com intervalo de confiança de 50% (intervalo de confiança mínimo exigido pela Instrução nº 23/2015), suporte para a adoção da taxa real de juro de 5,34% a.a. Assim, pode-se afirmar, com um bom nível de confiabilidade estatística a aderência da taxa real de juro de 5,34% a.a. para o Plano de Benefícios C, condição que sinaliza a cobertura da taxa real de juro frente a taxa de retorno real esperada dos recursos garantidores.

Os dados cadastrais do estudo foram providenciados e validados pelo Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB) e as informações relativas aos investimentos providenciadas e validadas pelo Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ).

O estudo acima foi aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo em 29/09/2015, conforme atas de reuniões.

Sendo assim, a PSS e as patrocinadoras do Plano de Benefícios C optaram por adotar a taxa real anual de juro de 5,34% a.a. na avaliação atuarial de 2015.

Projeção do crescimento real de salário

A taxa de projeção do crescimento real de salário deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo das patrocinadoras do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

A Willis Towers Watson, responsável pela avaliação atuarial do Plano de Benefícios C, realizou, em agosto de 2015, estudo de aderência da hipótese de projeção de crescimento real de salários para atender aos dispositivos previstos nas bases técnicas da redação vigente da Resolução CGPC nº 18/2006 e da Instrução nº 23 de 26/06/2015, considerando a aplicação facultativa desta Instrução para a avaliação atuarial do encerramento do exercício de 2015, apresentando o crescimento salarial de 2,50% a.a.

Os dados cadastrais do estudo foram providenciados e validados pelo Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB). O estudo acima foi aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho Deliberativo em 29/09/2015, conforme atas de reuniões.

As patrocinadoras consideram que a taxa de projeção do crescimento real dos salários apontada no estudo reflete as suas expectativas com relação à evolução futura média dos salários ao longo da carreira do empregado, de acordo com a respectiva política de Recursos Humanos.

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção de um fator de 98% reflete a expectativa de uma inflação anual entre 3,4% e 5,7% a.a. aproximadamente. Considerando que as projeções futuras de inflação de longo prazo apontam para uma inflação em torno de 5,0% a 5,5%, entende-se ser adequada a manutenção de um fator de capacidade de 98%.

Hipóteses Biométricas e Demográficas

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrências de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

Objetivando identificar as tábuas biométricas e demográficas que melhor se ajustem aos perfis de morte, invalidez e rotatividade da massa de participantes do Plano de Benefícios C da PSS - Seguridade Social foi realizada uma análise de aderência das hipóteses.

Os resultados da análise de aderência de hipóteses realizada em agosto de 2014 indicaram a adoção da tábua de rotatividade Experiência Plano de Benefícios C jun/2012 a jun/2014, da tábua de mortalidade geral AT-2000 Basic suavizada em 10% segregada por sexo e a manutenção das demais tábuas adotadas em 2013.

A Willis Towers Watson recomenda o contínuo acompanhamento das ocorrências na análise de aderência.

Regime Financeiro e Métodos Atuariais

- Regime de Repartição de Capitais de Cobertura – Suplementação do Auxílio-Doença e Suplementação do Auxílio-Reclusão;

- Regime de Capitalização:

- Método do Crédito Unitário Projetado - Suplementação de Aposentadoria por Invalidez, Suplementação por Morte do Aposentado, Suplementação por Morte do Ativo e Pecúlio por Morte do Ativo;

- Método de Capitalização Financeira – Suplementação de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Suplementação de Aposentadoria Especial, Suplementação de Aposentadoria por Idade e Suplementação decorrente do Benefício Proporcional Diferido.

O método atuarial adotado para avaliar os benefícios definidos do plano gera custos ligeiramente crescentes, porém esse efeito pode ser minimizado, ou mesmo anulado, caso haja um afluxo suficiente de novos empregados.

III – Patrimônio Social

Com base no Balanço da PSS - Seguridade Social de 31 de dezembro de 2015, o Patrimônio Social atribuível às patrocinadoras solidárias do Plano de Benefícios C é de R\$ 1.024.410.705,83.

A PSS informou que todos os seus títulos do Plano de Benefícios C estão enquadrados na categoria “Títulos para Negociação”.

A Willis Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela PSS - Seguridade Social.



IV - Patrimônio de Cobertura, Provisões e Fundos do Plano

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões e dos Fundos em 31 de dezembro de 2015 é a seguinte:

	Valores em R\$
Patrimônio Social	1.024.410.705,83
Patrimônio de Cobertura do Plano	887.920.449,67
Provisões Matemáticas	887.920.449,67
Benefícios Concedidos	487.559.387,78
Contribuição Definida	403.208.826,78
Saldo de Conta de Assistidos	403.208.826,78
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	84.350.561,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	32.835.718,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	51.514.843,00
Benefícios a Conceder	400.361.061,89
Contribuição Definida	385.624.628,89
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)	187.004.892,48
Saldo de Contas – Parcela Participantes	198.619.736,41
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	7.761.427,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	8.300.711,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	(409.273,90)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(130.010,10)
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	6.975.006,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	9.656.741,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	(2.035.224,75)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(646.510,25)
Provisão Matemática a Constituir	0,00
Serviço Passado	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Déficit Equacionado	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Assistidos	0,00
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Assistidos	0,00
Equilíbrio Técnico	0,00
Resultados Realizados	0,00
Superávit Técnico Acumulado	0,00
Reserva de Contingência	0,00
Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00
Déficit Técnico Acumulado	0,00
Resultados a Realizar	0,00
Fundos	136.490.256,16
Fundo Previdencial	136.490.256,16
Fundo Especial Reavaliado	124.300.539,25
Fundo Especial – Redução de Contribuições das Patrocinadoras	10.356.366,85
Fundo de Retirada Origin	17.959,74
Fundo de Retirada LPD	1.570.132,92
Fundo de Retirada Jabil	245.257,40
Fundo Administrativo	0,00
Fundo de Investimento	0,00

O Fundo Especial Reavaliado foi constituído no exercício de 2009 como uma subdivisão do Fundo Especial existente na época e é utilizado para cobertura de impactos nos passivos atuariais devido a futura mudança na tábua de mortalidade, eventual redução da taxa real anual de juro e para financiamento dos benefícios de risco.

Anualmente o valor desse fundo é redefinido em função do retorno dos investimentos, pela reversão das contribuições das Patrocinadoras, às quais os participantes não tiveram direito por terem se desligado da Patrocinadora antes de se tomarem elegíveis aos benefícios do plano, da dedução dos eventos de cobertura dos benefícios de risco e das reversões de saldos de benefícios de risco concedidos.

O Fundo Especial - Redução de Contribuições das Patrocinadoras foi constituído no exercício de 2009 como uma subdivisão do Fundo Especial existente na época e é utilizado para redução das contribuições futuras das patrocinadoras. A movimentação desse fundo se dá pela

dedução dos valores utilizados na cobertura das contribuições das Patrocinadoras uma vez que elas estão isentas de contribuir conforme definido no item VI deste Parecer.

Os valores do Fundo Especial Reavaliado e do Fundo Especial – Redução de Contribuições das Patrocinadoras são os constantes no Balanço da PSS – Seguridade Social de 31/12/2015.

Os Fundos de Retirada Origin, LPD e Jabil foram constituídos pelos valores individuais a serem pagos aos participantes das ex-patrocinadoras conforme avaliações atuariais de retirada efetuadas em 30/09/2005, 30/11/2006 e 31/08/2007 respectivamente, atualizados para 31/12/2015 de acordo com o disposto em cada Termo de Rescisão de Convênio de Adesão e Nota Técnica de Retirada de patrocinadora, aprovadas através de despachos da Previc publicados no D.O.U., respectivamente, em 22/11/2007, de 21/09/2007 e de 08/08/2008.

V - Variação do Passivo Atuarial

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2015 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2014 atualizado, pelo método de recorrência, para 31/12/2015.

	Valores em R\$		
	Exercício Encerrado	Exercício Anterior Atualizado	Varição em %
Passivo Atuarial	887.920.449,67	892.393.653,27	-0,50%
Benefícios Concedidos	487.559.387,78	481.584.685,34	1,24%
Contribuição Definida	403.208.826,78	403.208.826,78	-
Benefício Definido	84.350.561,00	78.375.858,56	7,62%
Benefícios a Conceder	400.361.061,89	410.808.967,93	-2,54%
Contribuição Definida	385.624.628,89	385.624.628,89	-
Benefício Definido	14.736.433,00	25.184.339,05	-41,49%

Convém ressaltar que do Passivo Atuarial de R\$ 887.920.449,67, 11,16% (R\$ 99.086.994,00) é atuarialmente determinado com base nas hipóteses e métodos anteriormente indicados, pois corresponde à parcela das provisões matemáticas de benefícios concedidos e à parcela das provisões matemáticas de benefícios a conceder relativa aos benefícios de risco do plano. Os 88,84% restantes (R\$ 788.833.455,67) são provenientes dos saldos de conta formados pelas contribuições dos participantes e das patrocinadoras acrescidas do retorno dos investimentos, cujas informações são de inteira responsabilidade da PSS - Seguridade Social.

A provisão matemática de benefícios a conceder reduziu enquanto a provisão matemática de benefícios concedidos aumentou, quando comparadas com as provisões matemáticas evoluídas, indicando que participantes ativos iniciaram o recebimento de benefício. A provisão matemática total variou dentro do esperado (variação de -0,50%).

Os compromissos atuariais apurados na avaliação atuarial de 2015 variaram dentro do esperado considerando a evolução da massa de participantes e as hipóteses selecionadas.

VI - Plano de Custeio

Patrocinadoras

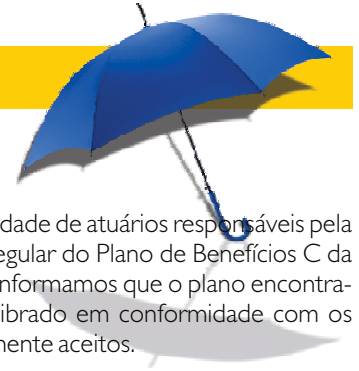
As patrocinadoras utilizarão o Fundo Especial Reavaliado para financiamento dos benefícios de risco do referido plano e o Fundo Especial – Redução Contribuições das Patrocinadoras para custear as contribuições definidas previstas no regulamento do Plano de Benefícios C, durante o exercício de 2016, conforme previsto no Regulamento e aprovado pelo Conselho Deliberativo.

As despesas administrativas serão custeadas pelos

resultados dos investimentos, conforme RPGA (Regulamento do Plano de Gestão Administrativa) elaborado pela PSS.

Participantes

Os participantes efetuarão contribuições conforme previsto no Regulamento do plano. Essas contribuições foram estimadas em 31/12/2015 em 6,06% da folha de salários de participantes do plano, tomando por base os dados cadastrais posicionados em 30/06/2015.



Autopatrocínados

Os participantes do Plano de Benefícios C da PSS que perderem o vínculo empregatício com a patrocinadora e optarem por continuar na condição de autopatrocinados, deverão recolher à PSS, durante o exercício de 2016, além das suas contribuições, conforme previsto no artigo 17 do Regulamento do Plano de Benefícios C, as contribuições relativas às patrocinadoras.

Tendo em vista a natureza do plano e a vinculação, nesse tipo de plano, da contribuição patronal com os fatos efetivamente ocorridos tais como salários realmente pagos, contribuição realizada pelo participante e índice de adesão ao plano, as taxas de contribuição definida apresentadas neste Parecer são estimativas, podendo, portanto, deixar de coincidir com as taxas efetivamente praticadas.

VII – Conclusão

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios C da PSS - Seguridade Social, informamos que o plano encontra-se financeiramente equilibrado em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

Este parecer atuarial foi elaborado para a PSS - Seguridade Social com o propósito de apresentar os resultados da avaliação atuarial em 31/12/2015. Este documento não se destina ou deve ser utilizado para outros fins. Qualquer outro destinatário será considerado como tendo concordado que a Willis Towers Watson tem responsabilidade apenas com a PSS - Seguridade Social em relação a todas as questões relativas a este documento, e se basear neste documento não resultará na criação de qualquer direito ou responsabilidade pela Willis Towers Watson para tal destinatário.

Willis Towers Watson

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2016.

Carla Maria Seabra Assunção Lobianco
MIBA nº 842

Thais Lobo A. de Mendonça
MIBA nº 2.254

6.3.2 Patrocinadora Não Solidária

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2015 do Plano de Benefícios C da PSS - Seguridade Social, utilizamos o cadastro de dados individuais fornecido pela entidade posicionado em 30/06/2015.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela PSS - Seguridade Social verificamos que eles estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, do administrador do plano e de seus representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

As patrocinadoras do Plano de Benefícios C, a saber: PSS - Seguridade Social, Inbraphil - Inds. Brasileiras Philips Ltda., Philips do Brasil Ltda., Lumileds Iluminação Brasil Ltda. (ex-Philips Eletrônica do Nordeste Ltda.), Philips Medical Systems Ltda., Sopho Business Communications - Soluções Empresariais Ltda., Dixtal Tecnologia Ind. e Com. Ltda., Dixtal Biomédica Ind. e Com. Ltda. e Philips Clinical Informatics - Sistemas de Informação Ltda.; são solidárias entre si no que concerne às obrigações referentes à cobertura de benefícios oferecidos pela PSS - Seguridade

Social aos participantes e respectivos beneficiários desse plano. A patrocinadora Gibson Innovations do Brasil Indústria Eletrônica Ltda. patrocina o plano de forma não solidária e, por essa razão, possui patrimônio segregado e custeio próprio.

A patrocinadora Sopho Business Communications – Soluções Empresariais Ltda. solicitou retirada de patrocínio, cujo processo encontra-se em análise da Previc.

A PSS – Seguridade Social comunicou à Previc o recebimento da notificação das empresas do Grupo Philips (Inbraphil - Inds. Brasileiras Philips Ltda., Philips do Brasil Ltda., Lumileds Iluminação Brasil Ltda., Philips Medical Systems Ltda., Dixtal Tecnologia Ind. e Com. Ltda., Dixtal Biomédica Ind. e Com. Ltda. e Philips Clinical Informatics - Sistemas de Informação Ltda.), da Gibson Innovations do Brasil Indústria Eletrônica Ltda. e da PSS – Seguridade Social sobre a decisão de retirar o patrocínio do Plano de Benefícios C.

Os resultados da avaliação atuarial apresentados a seguir estão posicionados em 31/12/2015 e referem-se à patrocinadora Gibson Innovations do Brasil Indústria Eletrônica Ltda.

A avaliação atuarial à qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pela Portaria nº 258, de 18/05/2012, publicada na D.O.U. de 21/05/2012.

I - Estatísticas

Benefícios a Conceder	30/06/2015
Participantes ativos (considerando os autopatrocinados)	
Número	234
Idade média (em anos)	36
Tempo de serviço médio (em anos)	7
Participantes em aguardo de benefício proporcional ⁽¹⁾	
Número	4

(1) Inclui os participantes considerados como benefício proporcional diferido presumido

Benefícios Concedidos	30/06/2015
Número de aposentados válidos	1
Idade média (em anos)	58
Valor médio do benefício (em reais)	495,16
Número de aposentados inválidos ¹	5
Idade média (em anos)	42
Valor médio do benefício (em reais)	419,07
Número de pensionistas (grupos familiares)	0
Idade média (em anos)	0
Valor médio do benefício (em reais)	0

¹ Inclui os auxílios-doença há mais de 2 anos

II - Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e a PSS - Seguridade Social e contam com o aval da Gibson Innovations do Brasil Indústria Eletrônica Ltda. conforme determina a redação vigente da Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006 e a Instrução nº 23,

de 26/06/2015, considerando a aplicação facultativa desta Instrução para a avaliação atuarial do encerramento do exercício de 2015.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos da parcela de benefício definido do plano foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Hipóteses Econômicas e Financeiras	2015	2014
Taxa real anual de juro	5,34% a.a.	5,21% a.a.
Projeção do crescimento real de salário	2,50% a.a.	2,50% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo	0% a.a.	0% a.a.
- Salários	98%	98%
- Benefícios do plano	98%	98%

Hipóteses Biométricas e Demográficas	2015	2014
Tábua de Mortalidade Geral	AT – 2000 ¹	AT – 2000 ¹
Tábua de Mortalidade de Inválidos	CSO – 1958	CSO – 1958
Tábua de Entrada de Invalidez	RRB – 1944 modificada	RRB – 1944 modificada
Tábua de Rotatividade	Experiência PSS jul/2012 a jun/2014	Experiência PSS jul/2012 a jun/2014
Tábua de Morbidez	Experiência Willis Towers Watson	Experiência Willis Towers Watson

¹Constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10%, segregada por sexo

Outras hipóteses	2015	2014
Composição familiar		
- Benefícios concedidos		
- Aposentados	Cônjuge informado.	Cônjuge informado.
- Pensionistas	Família Real	Família Real
- Benefícios a conceder		
- Cônjuge	Mulher 4 anos mais nova que o homem	Mulher 4 anos mais nova que o homem
- Probabilidade de casados na aposentadoria	95%	95%
- Filhos	2 filhos cujo tempo que falta para atingirem a maioridade é igual a (55 - idade do participante) /2	2 filhos cujo tempo que falta para atingirem a maioridade é igual a (55 - idade do participante) /2



A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

Taxa real anual de juro

A taxa real anual de juro, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determina a redação vigente da Resolução CGPC nº 18 de 28/3/2006 e a Instrução nº 23, de 26/06/2015, considerando a aplicação facultativa desta Instrução para a avaliação atuarial do encerramento do exercício de 2015, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a convergência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A Willis Towers Watson foi contratada pela PSS para desenvolver tal estudo utilizando os fluxos de benefícios e contribuições do plano, elaborados com as hipóteses atuariais indicadas no Parecer Atuarial de 2014 e segundo as regras do plano de benefícios estabelecidas no regulamento vigente aprovado.

O resultado do estudo de aderência e adequação da taxa de juro indicou significativa capacidade de rentabilização dos ativos do plano a 5,50% a.a., na média.

Quando apurada a TIR dos passivos, obteve-se, com intervalo de confiança de 50% (intervalo de confiança mínimo exigido pela Instrução nº 23/2015), suporte para a adoção da taxa real de juro de 5,34% a.a. Assim, pode-se afirmar, com um bom nível de confiabilidade estatística a aderência da taxa real de juro de 5,34% a.a. para o Plano de Benefícios C, condição que sinaliza a cobertura da taxa real de juro frente a taxa de retorno real esperada dos recursos garantidores.

Os dados cadastrais do estudo foram providenciados e validados pelo Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB) e as informações relativas aos investimentos providenciadas e validadas pelo Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ).

O estudo acima foi aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo em 29/09/2015, conforme atas de reuniões.

Sendo assim, a PSS e as patrocinadoras do Plano de Benefícios C optaram por adotar a taxa real anual de juro de 5,34% a.a. na avaliação atuarial de 2015.

Projeção do crescimento real de salário

A taxa de projeção do crescimento real de salário deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo das patrocinadoras do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

A Willis Towers Watson, responsável pela avaliação atuarial do Plano de Benefícios C, realizou, em agosto de 2015, estudo de aderência da hipótese de projeção de crescimento real de salários para atender aos dispositivos

previstos nas bases técnicas da redação vigente da Resolução CGPC nº 18/2006 e da Instrução nº 23 de 26/06/2015, considerando a aplicação facultativa desta Instrução para a avaliação atuarial do encerramento do exercício de 2015, apresentando o crescimento salarial de 2,50% a.a.

Os dados cadastrais do estudo foram providenciados e validados pelo Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB). O estudo acima foi aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho Deliberativo em 29/09/2015, conforme atas de reuniões.

As patrocinadoras consideram que a taxa de projeção do crescimento real dos salários apontada no estudo reflete as suas expectativas com relação à evolução futura média dos salários ao longo da carreira do empregado, de acordo com a respectiva política de Recursos Humanos.

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção de um fator de 98% reflete a expectativa de uma inflação anual entre 3,4% e 5,7% a.a. aproximadamente. Considerando que as projeções futuras de inflação de longo prazo, apontam para uma inflação em torno de 5,0% a 5,5%, entende-se ser adequada a manutenção de um fator de capacidade de 98%.

Hipóteses Biométricas e Demográficas

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrências de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

Objetivando identificar as tábuas biométricas e demográficas que melhor se ajustem aos perfis de morte, invalidez e rotatividade da massa de participantes do Plano de Benefícios C da PSS - Seguridade Social foi realizada uma análise de aderência das hipóteses.

Os resultados da análise de aderência de hipóteses realizada indicaram a adoção da tábua de rotatividade Experiência Plano de Benefícios C jun/2012 a jun/2014, da tábua de mortalidade geral AT-2000 Basic suavizada em 10% segregada por sexo e a manutenção das demais tábuas adotadas em 2013.

A Willis Towers Watson recomenda o contínuo acompanhamento das ocorrências na análise de aderência.

Regime Financeiro e Métodos Atuariais

- Regime de Repartição de Capitais de Cobertura – Suplementação do Auxílio-Doença e Suplementação do Auxílio-Reclusão;
- Regime de Capitalização:
 - Método do Crédito Unitário Projetado - Suplementação de Aposentadoria por Invalidez, Suplementação por Morte do Aposentado, Suplementação por Morte do Ativo e Pecúlio por Morte do Ativo;
 - Método de Capitalização Financeira – Suplementação de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Suplementação de Aposentadoria Especial, Suplementação de Aposentadoria por Idade e Suplementação decorrente do Benefício Proporcional Diferido.

O método atuarial adotado para avaliar os benefícios definidos do plano gera custos ligeiramente crescentes, porém esse efeito pode ser minimizado, ou mesmo anulado, caso haja um afluxo suficiente de novos empregados.

III – Patrimônio Social

Com base no Balanço da PSS - Seguridade Social de 31 de dezembro de 2015, o Patrimônio Social atribuível à patrocinadora Gibson Innovations do Brasil Indústria Eletrônica Ltda. do Plano de Benefícios C é de R\$ 20.307.957,19.

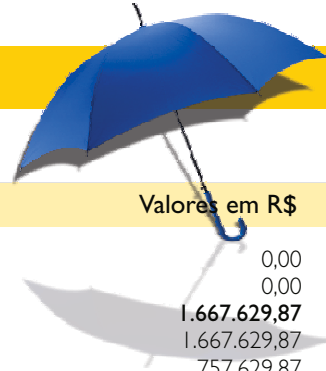
A PSS informou que todos os seus títulos do Plano de Benefícios C estão enquadrados na categoria “Títulos para Negociação”.

A Willis Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela PSS - Seguridade Social.

IV – Patrimônio de Cobertura, Provisões e Fundos do Plano

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões e dos Fundos em 31 de dezembro de 2015 é a seguinte:

	Valores em R\$
Patrimônio Social	20.307.957,19
Patrimônio de Cobertura do Plano	18.640.327,32
Provisões Matemáticas	18.640.327,32
Benefícios Concedidos	535.429,91
Contribuição Definida	88.571,91
Saldo de Conta de Assistidos	88.571,91
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	446.858,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	7.979,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	438.879,00
Benefícios a Conceder	18.104.897,41
Contribuição Definida	17.382.089,41
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)	8.479.675,85
Saldo de Contas – Parcela Participantes	8.902.413,56
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	226.370,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	247.221,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	(20.218,89)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(632,11)
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	496.438,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	655.458,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	(154.199,18)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(4.820,82)
Provisão Matemática a Constituir	0,00
Serviço Passado	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Déficit Equacionado	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Assistidos	0,00
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
Patrocinador(es)	0,00
Participantes	0,00
Assistidos	0,00
Equilíbrio Técnico	0,00
Resultados Realizados	0,00
Superávit Técnico Acumulado	0,00
Reserva de Contingência	0,00
Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00



	Valores em R\$
Déficit Técnico Acumulado	0,00
Resultados a Realizar	0,00
Fundos	1.667.629,87
Fundo Previdencial	1.667.629,87
Fundo Especial Reavaliado	757.629,87
Fundo Especial – Redução de Contribuições das Patrocinadoras	910.000,00
Fundo Administrativo	0,00
Fundo de Investimento	0,00

O Fundo Especial Reavaliado foi constituído no exercício de 2015 como uma subdivisão do Fundo Especial existente no exercício e será utilizado para cobertura de impactos nos passivos atuariais devido a eventual redução da taxa real anual de juro e para financiamento dos benefícios de risco.

Anualmente o valor desse fundo será redefinido em função do retorno dos investimentos, pela reversão das contribuições das Patrocinadoras, às quais os participantes não tiveram direito por terem se desligado da Patrocinadora antes de se tomarem elegíveis aos benefícios do plano, da dedução dos eventos de cobertura dos benefícios de risco e das reversões de saldos de benefícios de risco concedidos.

O Fundo Especial - Redução de Contribuições das Patrocinadoras foi constituído no exercício de 2015 como uma subdivisão do Fundo Especial existente no exercício e será utilizado para redução das contribuições futuras das patrocinadoras. A movimentação desse fundo se dá pela dedução dos valores utilizados na cobertura das contribuições das Patrocinadoras uma vez que elas estão isentas de contribuir conforme definido no item VI deste Parecer.

Os valores do Fundo Especial Reavaliado e do Fundo Especial – Redução de Contribuições das Patrocinadoras são os constantes no Balanço da PSS – Seguridade Social de 31/12/2015.

V - Variação do Passivo Atuarial

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2015 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2014 atualizado, pelo método de recorrência, para 31/12/2015.

	Valores em R\$		
	Exercício Encerrado	Exercício Anterior Atualizado	Variação em %
Passivo Atuarial	18.640.327,32	18.675.410,63	-0,19%
Benefícios Concedidos	535.429,91	428.397,50	24,98%
Contribuição Definida	88.571,91	88.571,91	-
Benefício Definido	446.858,00	339.825,59	31,50%
Benefícios a Conceder	18.104.897,41	18.247.013,13	-0,78%
Contribuição Definida	17.382.089,41	17.382.089,41	-
Benefício Definido	722.808,00	864.923,72	-16,43%

Convém ressaltar que do Passivo Atuarial de R\$ 18.640.327,32, 6,27% (R\$ 1.169.666,00) é atuarialmente determinado com base nas hipóteses e métodos anteriormente indicados, pois corresponde à parcela das provisões matemáticas de benefícios concedidos e à parcela das provisões matemáticas de benefícios a conceder relativa aos benefícios de risco do plano. Os 93,73% restantes (R\$ 17.470.661,32) são provenientes dos saldos de conta formados pelas contribuições dos participantes e das patrocinadoras acrescidas do retorno dos investimentos, cujas informações são de inteira responsabilidade da PSS - Seguridade Social.

A provisão matemática de benefícios a conceder reduziu enquanto a provisão matemática de benefícios concedidos aumentou, quando comparadas com as provisões matemáticas evoluídas, indicando que participantes ativos iniciaram o recebimento de benefício. A provisão matemática total variou dentro do esperado (variação de -0,19%).

Os compromissos atuariais apurados na avaliação atuarial de 2015 variaram dentro do esperado considerando a evolução da massa de participantes e as hipóteses selecionadas.

VI - Plano de Custeio

Patrocinadoras

A patrocinadora Gibson Innovations do Brasil Indústria Eletrônica Ltda. utilizará o Fundo Especial Reavaliado para financiamento dos benefícios de risco do referido plano e o Fundo Especial – Redução de Contribuições das Patrocinadoras para custear as contribuições definidas previstas no regulamento do Plano de Benefícios C, durante o exercício de 2016, conforme previsto no Regulamento e aprovado pelo Conselho Deliberativo.

As despesas administrativas serão custeadas pelos resultados dos investimentos, conforme RPGA (Regulamento do Plano de gestão Administrativa) elaborado pela PSS.

Participantes

Os participantes efetuarão contribuições conforme previsto no Regulamento do plano. Essas contribuições foram estimadas em 31/12/2015 em 5,88% da folha de salários de participantes do plano, tomando por base os dados cadastrais posicionados em 30/06/2015.

Autopatrocínados

Os participantes do Plano de Benefícios C da PSS que perderem o vínculo empregatício com a patrocinadora Gibson Innovations do Brasil Indústria Eletrônica Ltda. e optarem por continuar na condição de autopatrocinados, deverão recolher à PSS, durante o exercício de 2016, além das suas contribuições, conforme previsto no artigo 17 do Regulamento do Plano de Benefícios C, as contribuições relativas às patrocinadoras.

Tendo em vista a natureza do plano e a vinculação, nesse tipo de plano, da contribuição patronal com os fatos efetivamente ocorridos tais como salários realmente pagos, contribuição realizada pelo participante e índice de adesão ao plano, as taxas de contribuição definida apresentadas neste Parecer são estimativas, podendo, portanto, deixar de coincidir com as taxas efetivamente praticadas.

VII – Conclusão

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios C da PSS - Seguridade Social, informamos que o plano encontra-se financeiramente equilibrado em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

Este parecer atuarial foi elaborado para a PSS - Seguridade Social com o propósito de apresentar os resultados da avaliação atuarial em 31/12/2015. Este documento não se destina ou deve ser utilizado para outros fins. Qualquer outro destinatário será considerado como tendo concordado que a Willis Towers Watson tem responsabilidade apenas com a PSS - Seguridade Social em relação a todas as questões relativas a este documento, e se basear neste documento não resultará na criação de qualquer direito ou responsabilidade pela Willis Towers Watson para tal destinatário.

Willis Towers Watson

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2016.

Carla Maria Seabra Assunção Lobianco

MIBA nº 842

Thais Lobo A. de Mendonça

MIBA nº 2.254



6.4 Demonstrativos dos Investimentos

a) Fundos de Investimento

a.1) Renda Fixa

As rentabilidades dos fundos de renda fixa relacionados a seguir foram calculadas baseando-se nas taxas vigentes no mercado de seus títulos ("marcação a mercado"):

Segmento	R\$ MIL		Quantidade de Cotas	Percentual (%)				
	Patrimônio	Despesas Administrativas		Distribuição no Plano	Distribuição entre Gestores	Rentabilidade Líquida	Índice de Referência	Divergência Não Planejada ⁽¹⁾
RENDA FIXA - INDEXADA À INFLAÇÃO Fundo / Gestor								
Fidelidade L FI RF Previdenciário Longo Prazo / HSBC ⁽⁴⁾	166.893	294	8.618,55070	16,00	18,35	13,92	14,76 ⁽¹⁾	(0,84)
Life FI Renda Fixa Longo Prazo / BTG Pactual ⁽⁵⁾	167.067	296	8.387,33107	16,00	18,37	14,74	14,76 ⁽¹⁾	(0,02)
FI Renda Fixa Multiply Longo Prazo / Santander ⁽⁴⁾	166.296	285	880,65455	15,90	18,29	14,50	14,76 ⁽¹⁾	(0,26)
FI Renda Fixa Ideal Longo Prazo / Sul América ⁽⁴⁾	166.332	291	8.414,64271	15,90	18,29	14,52	14,76 ⁽¹⁾	(0,24)
Futuro Previdenciário Renda Fixa FI / Itaú ⁽⁴⁾	166.330	293	847,74832	15,90	18,29	14,36	14,76 ⁽¹⁾	(0,40)
FIC FOX	832.918	1.459	-	79,70	91,59	14,40	14,76⁽¹⁾	(0,36)
RENDA FIXA - INDEXADA AO SELIC E/OU CDI Fundo / Gestor								
Fundo de Investimento Renda Fixa Lion / HSBC ⁽⁵⁾	68.966	68	60.943,18105	6,60	7,58	13,16	13,27 ⁽²⁾	(0,11)
Tiger Fundo de Investimento Renda Fixa / BTG Pactual ⁽⁵⁾	7.553	62	6.684,55821	0,70	0,83	12,99	13,27 ⁽²⁾	(0,28)
FIC FOX II	76.519	130	-	7,30	8,41	12,93	13,27⁽²⁾	(0,34)

(1) 15% IMAC + 85% IMAB

(2) 100% SELIC

(3) Divergência não planejada é a diferença entre a rentabilidade do segmento e o índice de referência

(4) Esse fundo, tem como único cotista o Fundo de Investimento em cotas (FIC) Fox, gerido pela Sul América Investimentos DTVM S/A, que por sua vez tem como único cotista a PSS

(5) Esse fundo, tem como único cotista o Fundo de Investimento em cotas (FIC) Fox II, gerido pela Sul América Investimentos DTVM S/A, que por sua vez tem como único cotista a PSS

Obs: A composição detalhada dos fundos acima pode ser encontrada no anexo I

a.2) Ações

As rentabilidades dos fundos de renda variável (ações) relacionados a seguir foram calculadas baseando-se nas taxas vigentes no mercado de seus títulos ("marcação a mercado"):

Segmento	R\$ MIL		Quantidade de Cotas	Percentual (%)				
	Patrimônio	Despesas Administrativas		Distribuição no Plano	Distribuição entre Gestores	Rentabilidade Líquida	Índice de Referência ⁽¹⁾	Divergência não Planejada ⁽²⁾
Renda Variável Fundo / Gestor								
Bradesco FIA Ideal / Bradesco ⁽³⁾	24.412	261	3.509,90371	2,30	18,89	(12,76)	(13,31)	0,55
Life FI Em Ações / Western ⁽³⁾	23.837	113	3.186,07650	2,30	18,45	(13,46)	(13,31)	(0,15)
Luxor Ações FI / Itaú-Unibanco ⁽³⁾	23.931	245	3.160,30290	2,30	18,52	(14,27)	(13,31)	(0,96)
Previdência "B" FI Em Ações / BTG Pactual ⁽³⁾	33.171	178	3.731,37406	3,20	25,67	(9,14)	(13,31)	4,17
FIA Multiply Variable / BNP Paribas ⁽³⁾	23.873	263	2.629,01192	2,30	18,47	(11,13)	(13,31)	2,18
FIC EAGLE	129.224	1.060	-	12,40	100,00	(12,20)	(13,31)	1,11

(1) 100% IBOVESPA

(2) Divergência não planejada é a diferença entre a rentabilidade do segmento e o índice de referência

(3) Esse fundo, tem como único cotista o Fundo de Investimento em cotas (FIC) Eagle, gerido pela Sul América Investimentos DTVM S/A, que por sua vez tem como único cotista a PSS.

Obs: A composição detalhada dos fundos acima pode ser encontrada no anexo II

b) Empréstimos a Participantes

Ao final do exercício a quantidade de contratos contraídos pelos Participantes era de 342. A composição desse segmento encontra-se abaixo.

Empréstimos e Financiamentos	R\$ MIL	Quantidade de Contratos	Percentual (%)			
			Distribuição no Plano	Rentabilidade	Índice de Referência ⁽¹⁾	Divergência não Planejada ⁽²⁾
Total	6.005	342	0,60	16,14	16,29	(0,15)

(1) IPC-DIIFGV + 5,34% ao ano

(2) Divergência não planejada é a diferença entre a rentabilidade do segmento e o índice de referência

6.5 Rentabilidade por Perfil de Investimento

6.5.1 Rentabilidade Nominal

Perfil /Período	Rentabilidade Acumulada				
	12 meses	24 meses	36 meses	60 meses	132 meses
Curto Prazo ⁽⁴⁾	12,93%	-	-	-	-
Ultraconservador ⁽²⁾	14,40%	30,44%	17,52%	66,07%	-
Conservador	8,82%	20,37%	8,29%	42,15%	269,97%
Moderado	4,71%	13,11%	1,63%	25,96%	241,15%
Agressivo	0,68%	6,13%	-4,79%	11,30%	211,14%
Selic	13,27%	25,65%	35,97%	64,63%	242,38%
Bovespa	-13,31%	-15,83%	-28,88%	-37,45%	65,49%
CDI	13,24%	25,51%	35,63%	64,08%	240,32%
Caderneta de Poupança	7,94%	15,52%	22,82%	40,72%	121,28%
Caderneta de Poupança MP 567/12 ⁽³⁾	7,94%	15,52%	22,07%	-	-
IPC-DI + 6% ao ano ⁽¹⁾	17,02%	32,48%	48,29%	87,49%	248,61%

(1) Coeficiente atuarial do plano corrigido pelo IPC-DI da Fundação Getúlio Vargas (FGV)

(2) Perfil desde jan/2010

(3) Medida Provisória nº 567/2012 que alterou as regras da poupança para novos depósitos feitos a partir de 04/05/2012

(4) Perfil desde jan/2015

Rentabilidade passada não representa garantia de rentabilidade futura.

6.5.2 Rentabilidade real acumulada e média (*)

Valores em %

PERÍODO	CURTO PRAZO		ULTRA CONSERVADOR		CONSERVADOR		MODERADO		AGRESSIVO	
	ANO	ACUM.	ANO	ACUM.	ANO	ACUM.	ANO	ACUM.	ANO	ACUM.
1997					18,4	18,4	21,4	21,4	24,0	24,0
1998					14,5	35,6	6,8	29,6	-1,1	22,7
1999					32,3	79,3	46,7	90,1	62,4	99,3
2000					9,4	96,2	7,9	105,1	6,2	111,5
2001					5,0	106,0	1,9	109,0	-1,3	108,9
2002					1,3	108,6	-2,3	104,1	-6,0	96,3
2003					21,0	152,4	27,3	159,9	33,8	162,7
2004					10,5	178,9	11,5	189,7	12,5	195,5
2005					15,2	221,2	18,3	242,6	21,2	258,2
2006					19,3	283,2	22,0	317,9	24,5	346,0
2007					17,3	349,5	22,2	410,7	27,3	467,6
2008					-6,2	321,7	-14,6	336,4	-22,9	337,6
2009					22,1	414,9	30,9	471,2	40,2	513,3
2010			11,6	11,6	8,5	458,8	6,3	506,9	3,9	537,4
2011			6,7	19,1	0,8	463,3	-3,5	485,7	-7,7	488,3
2012			17,8	40,3	15,8	552,3	14,3	569,5	12,7	563,0
2013			-14,7	19,7	-14,8	455,7	-14,9	469,7	-15,1	462,9
2014			6,8	27,8	3,5	475,2	1,1	476,0	-1,3	455,6
2015	2,3	2,3	3,6	32,4	-1,4	467,1	-5,2	446,0	-8,8	406,7
Média Anual	2,3		4,8		9,6		9,3		8,9	

(*) Acima da inflação do período medida pelo IPC-DI (FGV)

Rentabilidade passada não representa garantia de rentabilidade futura.



6.6 Demonstrativo de Gestão

6.6.1 Plano de Gestão Administrativa (PGA) - Interna

R\$ MIL

DESCRIÇÃO	2015	2014	Variação %
I. Custeio da Gestão Administrativa (Receitas)	2.532	2.700	(6,22)
I.1. Receitas	2.532	2.700	(6,22)
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.532	2.700	(6,22)
2. Despesas Administrativas	2.532	2.700	(6,22)
2.1. Administração Previdencial	1.821	1.927	(5,50)
Pessoal e encargos	1.098	1.113	(1,35)
Serviços de terceiros	533	593	(10,12)
Despesas gerais	101	126	(19,84)
Tributos	89	94	(5,32)
Depreciações e amortizações	-	1	(100,00)
2.2. Administração dos Investimentos	631	693	(8,95)
Pessoal e encargos	335	377	(11,14)
Serviços de terceiros	254	269	(5,58)
Despesas gerais	13	15	(13,33)
Tributos	29	32	(9,38)
2.4. Outras Despesas	80	80	-
Despesas Administrativas (2) / Ativo do Plano (Item 6.2.1)	(*) 0,24	(*) 0,27	

(*) Inferior ao limite de 0,40% estabelecido pelo Conselho Deliberativo no RPGA (Regulamento do Plano de Gestão Administrativa)

6.6.2 Gestão de Investimentos - Externa (Terceirizada)

R\$ MIL

DESCRIÇÃO	2015	2014	Variação %
- Taxa Administrativa	1.044	985	5,99
- Taxa Performance	58	860	(93,26)
- Corretagem	530	363	46,01
- Custódia	361	341	5,87
- Despesas Gerais	278	246	13,01
- Taxa Fiscalização CVM	295	215	37,21
- Auditorias	83	56	48,21
TOTAL	2.649	3.066	(13,60)

6.7 Política de Investimentos Vigente em 2015

(Aprovada pelo Conselho Deliberativo em 17 de dezembro de 2014)

6.7.1 Objetivos

Esta versão da Política de Investimentos, que estará em vigor durante o ano de 2015, tem como objetivo definir as diretrizes dos investimentos do Plano C da PSS, para os gestores e o custodiante dos recursos, os órgãos reguladores, os participantes e os beneficiários.

Nesse sentido ela contempla:

- Definir a alocação dos recursos do Plano e os limites por segmento de aplicação.
- Explicar a alocação dos recursos dos participantes em carteiras virtuais.
- Comunicar as metas de rentabilidade (índices de referência) para cada segmento de aplicação.
- Definir a metodologia e os critérios para avaliação dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional e legal.
- Estabelecer a metodologia para valorização dos ativos financeiros.
- Estabelecer a utilização de instrumentos derivativos.
- Esclarecer a observância de princípios de responsabilidade sócio-ambiental nos investimentos.
- Estabelecer critérios para contratação e avaliação dos gestores dos recursos.
- Comunicar as funções do custodiante dos recursos.

6.7.2 Alocação de Recursos

Os recursos do Plano C serão alocados nos segmentos de Renda Fixa e de Renda Variável, através dos chamados fundos de investimentos exclusivos, ou seja, onde a PSS é a única cotista. Adicionalmente, haverá alocação de recursos nos segmentos de Empréstimos a Participantes. As alocações ocorrerão, conforme os limites abaixo:

6.7.2.1) Renda Fixa

No máximo 100% e no mínimo 50% dos recursos do Plano estarão alocados nesse segmento.

Os ativos poderão ser títulos públicos federais, certificados e recibos de depósito bancários (CDBs/RDBs), depósitos a prazo com garantia especial (DPGEs), letras financeiras bancárias, debêntures, certificados de recebíveis imobiliários (CRIs) e fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs).

O total dos recursos aplicados em CDBs/RDBs e letras financeiras bancárias, por emissor, não deverá ultrapassar 5% do patrimônio dos fundos. Para debêntures, DPGEs, CRIs e FIDCs esse limite será de 2% por emissor e 30% a nível consolidado de cada fundo.

Ao contrário dos títulos privados, não haverá limite quanto à alocação de títulos públicos, exceto os estaduais e municipais, cuja alocação não será permitida.

No mercado secundário os gestores deverão preferencialmente transacionar títulos através de plataformas eletrônicas, mas quando isso não for possível e caso os preços negociados se situem fora da banda de preços da Anbima, eles deverão preparar relatório a ser encaminhado ao Conselho Fiscal da PSS nos termos da Resolução CGPC nº 21 de 25 de setembro de 2006.

6.7.2.2) Renda Variável

No máximo 50% dos recursos do Plano estarão alocados nesse segmento.

As aplicações serão principalmente através de fundos de ações cotadas na BOVESPA (Bolsa de Valores de São Paulo). Esses fundos, numa proporção menor (até 33% do patrimônio), poderão possuir também títulos de renda fixa, ou seja, os mencionados no item 6.7.2.1.

Será permitido aos fundos alugar, através da CBLC, até 50% da carteira mantida para uma dada ação.

As operações de compra ou venda de ações deverão ter no mínimo 80% de devolução da taxa padrão de corretagem da BOVESPA.

Dentro de um mesmo fundo exclusivo não serão permitidas operações de Day Trade.

6.7.2.3) Empréstimos a Participantes

No máximo 5% dos recursos do Plano estarão alocados nesse segmento.

O limite para as operações com cada participante ativo ou

assistido será de cinco e duas vezes o salário/benefício do mesmo respectivamente. A taxa de juros cobrada será igual a IPC/DI da FGV + 6% ao ano. Além disso, será cobrada, no ato da liberação de cada empréstimo, uma taxa administrativa.

6.7.3 Carteiras Virtuais dos Participantes

Conforme a opção de cada participante, os investimentos serão alocados em uma das cinco carteiras virtuais previstas no regulamento do Plano, de acordo com o tipo de perfil de investimento (curto prazo, ultraconservador, conservador, moderado e agressivo). Conseqüentemente, o saldo de investimento do participante será dividido da seguinte maneira, dependendo da opção:

6.7.3.1 Curto Prazo : 100% em renda fixa, principalmente indexada ao Selic e/ou CDI.

6.7.3.2 Ultraconservador : 100% em renda fixa, principalmente indexada aos índices de inflação.

6.7.3.2 Conservador: 80% em renda fixa, principalmente indexada aos índices de inflação, e 20% em ações.

6.7.3.3 Moderado: 65% em renda fixa, principalmente indexada aos índices de inflação, e 35% em ações.

6.7.3.4 Agressivo: 50% em renda fixa, principalmente indexada aos índices de inflação, e 50% em ações.

Haverá ainda um outro tipo de carteira virtual, denominada Fundo Especial, que será composta preponderantemente por recursos dos participantes que se retiraram do Plano, mas não resgataram, nos termos do regulamento do plano de benefícios, a parte relativa às contribuições da patrocinadora. Do total dos recursos dessa carteira no mínimo 70% será aplicado no segmento de renda fixa.

6.7.4 Metas de Rentabilidade dos Segmentos (Índices de Referência)

Com a finalidade de estabelecer os retornos esperados para os segmentos de investimento ficam estabelecidas as seguintes metas de rentabilidade:

6.7.4.1) Renda Fixa Indexada à Inflação

Para esse segmento será adotado como meta de rentabilidade um índice composto da seguinte forma:

15% IMAC + 85% IMAB5

Onde:

IMAC: rentabilidade, divulgada pela ANBIMA, de uma carteira teórica composta por títulos públicos federais indexados pelo IGPM;

IMAB5: rentabilidade, divulgada pela ANBIMA, de uma carteira teórica composta por títulos públicos federais indexados pelo IPCA com prazo inferior a 5 anos.



6.7.4.2) Renda Fixa Indexada ao Selic e/ou CDI (Taxa Interbancária Diária)

Para esse segmento será adotado como meta de rentabilidade a taxa SELIC, que corresponde a taxa média ponderada das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais.

Embora não seja a meta de rentabilidade do segmento, a título de esclarecimento a chamada taxa CDI, que geralmente apresenta valor bem próximo ao da taxa SELIC, corresponde a média das taxas das operações transacionadas num único dia, lastreadas em títulos privados.

6.7.5 Critérios de Gestão de Riscos

6.7.5.1) Risco de Crédito

Quanto ao risco de crédito dos investimentos no segmento de Renda Fixa, o Plano somente poderá manter títulos avaliados por pelo menos uma das agências abaixo com as respectivas avaliações (ratings) mínimas:

Agência	Maior Ano	Até Ano
FITCH RATINGS	A-(bra)	F2+(bra)
MOODY'S INVESTOR	Aa3.br	BR-2
STANDARD & POORS	brA -	brA-2

Caso duas ou mais agências classifiquem o mesmo crédito, deverá ser considerada a pior avaliação, que, caso não atinja os níveis mínimos acima estabelecidos, acarretará na impossibilidade da sua manutenção.

Os empréstimos a participantes da PSS, visando resguardar o risco de crédito, serão concedidos conforme as Normas de Concessão de Empréstimos aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 21/05/2007.

6.7.5.2) Risco de Liquidez

O Plano manterá alta liquidez, uma vez que os ativos serão principalmente títulos públicos e ações cotadas em bolsa. Portanto, praticamente não haverá risco do Plano deixar de cumprir suas obrigações por não conseguir vender seus ativos (iliquidez).

6.7.5.3) Risco de Mercado

Para evitar grandes desvios de retorno em relação às metas de rentabilidade estabelecidas nos itens 6.7.4.1, 6.7.4.2 e 6.7.4.3, os fundos exclusivos de renda fixa indexados à inflação e os indexados ao SELIC/CDI, bem como, os de renda variável, terão com 95% de intervalo de confiança os limites de VAR Relativo Paramétrico de 0,5% ao mês, 0,2% ao mês e 20% ao ano respectivamente.

6.7.5.4) Risco Operacional

Visando mitigar o risco operacional causado principalmente por falhas humanas, fraudes e fragilidade nos mecanismos de controle interno, a PSS adotará a segregação de funções entre as suas áreas, manuais de controle e auditorias externas.

6.7.5.5) Risco Legal

Para evitar inadequação dos contratos firmados pela Entidade, das alterações nos Regulamentos dos Planos de Benefício e do Estatuto da Entidade, sempre haverá uma análise prévia por parte de advogado especializado na área de Previdência Complementar Fechada.

6.7.4.3) Renda Variável

Para esse segmento será adotada como meta de rentabilidade o índice IBOVESPA, que mede a rentabilidade de uma carteira teórica composta pelas principais ações negociadas na Bovespa (Bolsa de Valores de São Paulo). A seleção das ações componentes do IBOVESPA é feita com base em seu valor de mercado em circulação e sua negociabilidade.

6.7.4.4) Empréstimos a Participantes

Para os recursos alocados nesse segmento será adotada como meta de rentabilidade o IPC- DI da FGV mais 6 % ao ano.

6.7.6 Metodologia para a Valorização dos Ativos Financeiros

Os preços dos ativos serão valorizados pelo custodiante de acordo com os níveis vigentes no Mercado, ou seja, será feita a chamada "marcação a mercado".

6.7.7 Operações com Derivativos

As operações com derivativos deverão ter como objetivo a proteção de até 100% das posições em ativos de renda fixa e renda variável detidas a vista.

6.7.8 Princípios de Responsabilidade Sócio-Ambiental nos Investimentos

Os gestores deverão levar em conta, para direcionar os investimentos dos fundos, também os princípios de responsabilidade sócio-ambiental das empresas.

6.7.9 Critérios para Avaliação e Contratação de Gestores

Os gestores de investimento dos segmentos de renda fixa e renda variável foram selecionados com base em um ranking preparado por consultor externo, e, dado o seu desempenho no biênio 2012/2013, serão mantidos para o biênio 2014/2015.

Os gestores escolhidos para a renda fixa indexada ao Selic/CDI, a qual se inicia a partir de 2015, serão aqueles que mais se destacaram na gestão da renda fixa de janeiro a novembro de 2014 (HSBC e BTG Pactual).

Os gestores serão avaliados permanentemente pela Diretoria Executiva com base na solidez, tradição, capacitação técnica, carteira de clientes, nível de cumprimento desta política de investimentos e através de indicadores de desempenho, tais como rentabilidade obtida e seu desvio em relação às metas de rentabilidade.

No biênio 2014 e 2015 para cada segmento de investimento, o gestor último colocado em termos de rentabilidade, e que, não superar a meta de rentabilidade acumulada deste período, será passível de descredenciamento em 2016.

A ocorrência de mais de dois desenquadramentos voluntários anuais de risco poderá provocar o

descredenciamento do gestor a qualquer tempo, a critério da Diretoria Executiva.

6.7.10 Custódia

A custódia e controladoria dos ativos de todos os fundos do Plano C será centralizada no Banco Itaú, o qual tem como responsabilidades:

- liquidação financeira dos movimentos nos fundos;
- registro e guarda dos títulos;
- valorização dos ativos e das cotas dos fundos;
- consolidação das informações para consultas.

7 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadores
PSS - Seguridade Social

Examinamos as demonstrações contábeis da PSS - Seguridade Social ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8 e alterações posteriores) em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas dos planos de benefícios para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a

auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis por plano de benefício. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião, sem ressalvas.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da PSS - Seguridade Social em 31 de dezembro de 2015 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC).

São Paulo, 22 de março de 2016

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Luiz Antonio Fossa
Contador CRC ISPI96161/O-8


I - BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)

Ativo	2015	2014	Passivo e Patrimônio Social	2015	2014
Disponível	<u>240</u>	<u>717</u>	Exigível Operacional (Nota 7)	<u>3.132</u>	<u>2.998</u>
Realizável	<u>2.685.192</u>	<u>2.560.972</u>	Gestão Previdencial	2.424	2.235
Gestão Previdencial (Nota 4)	3.444	3.332	Gestão Administrativa	334	344
Gestão Administrativa (Nota 5)	1.475	1.484	Investimentos	374	419
Investimentos (Nota 6)	<u>2.680.273</u>	<u>2.556.156</u>	Exigível Contingencial (Nota 8)	<u>40.713</u>	<u>36.119</u>
Debêntures (Nota 6a)	40.918	44.543	Gestão Previdencial	39.572	34.977
Fundos de Investimentos (Nota 6b)	2.597.129	2.462.623	Gestão Administrativa	1.141	1.142
Investimentos Imobiliários (Nota 6d)	35.009	40.651	Patrimônio Social	<u>2.641.587</u>	<u>2.522.572</u>
Empréstimos e Financiamentos (Nota 6e)	7.217	8.339	Patrimônio de Cobertura do Plano	<u>2.502.409</u>	<u>2.389.650</u>
			Provisões Matemáticas (Nota 9)	<u>2.337.704</u>	<u>2.258.135</u>
			Benefícios Concedidos	1.898.614	1.793.892
			Benefícios a Conceder	439.090	464.243
			Equilíbrio Técnico (Nota 10)	<u>164.705</u>	<u>131.515</u>
			Resultados Realizados	164.705	131.515
			Superávit Técnico Acumulado	164.705	131.515
			Fundos (Nota 11)	<u>139.178</u>	<u>132.922</u>
Total do Ativo	2.685.432	2.561.689	Total do Passivo	<u>2.685.432</u>	<u>2.561.689</u>

II - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)



DESCRIÇÃO		2015	2014	Variação (%)
	A) Patrimônio Social - início do exercício	2.522.572	2.370.266	6,43
	1. Adições	291.768	340.346	(14,27)
(+)	Contribuições Previdenciais	12.508	13.289	(5,88)
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	273.101	320.884	(14,89)
(+)	Receitas Administrativas	6.159	6.173	(0,23)
	2. Destinações	(172.753)	(188.040)	(8,13)
(-)	Benefícios	(162.129)	(180.693)	(10,27)
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(4.465)	(1.174)	280,32
(-)	Despesas Administrativas	(6.159)	(5.886)	4,64
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	-	(287)	(100,00)
	3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	119.015	152.306	(21,86)
(+/-)	Provisões Matemáticas	79.569	160.338	(50,37)
(+/-)	Fundos Previdenciais	6.256	(4.540)	(237,80)
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	33.190	(3.493)	(1.050,19)
	4. Operações transitórias	-	-	-
(+/-)	Operações transitórias	-	-	-
	B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4)	2.641.587	2.522.572	4,72

III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS - PLANO B EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)

DESCRIÇÃO		2015	2014	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	1.539.738	1.427.315	7,88
	1. Adições	183.193	225.696	(18,83)
(+)	Contribuições	67	343	(80,47)
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	183.126	225.353	(18,74)
	2. Destinações	(126.063)	(113.273)	11,29
(-)	Benefícios	(121.592)	(112.173)	8,40
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(4.471)	(1.100)	306,45
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	57.130	112.423	(49,18)
(+/-)	Provisões Matemáticas	24.929	115.418	(78,40)
(+/-)	Fundos Previdenciais	(989)	498	(298,59)
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	33.190	(3.493)	(1.050,19)
	4. Operações transitórias	-	-	-
(+/-)	Operações transitórias	-	-	-
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	1.596.868	1.539.738	3,71
	C) Fundos não previdenciais	-	-	-

IV - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS - PLANO C EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)

DESCRIÇÃO		2015	2014	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	982.834	942.951	4,23
	1. Adições	102.422	108.476	(5,58)
(+)	Contribuições	12.441	12.945	(3,89)
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	89.975	95.531	(5,82)
(+)	Reversão Líquida de contingências - Gestão Previdencial	6	-	100,00
	2. Destinações	(40.537)	(68.593)	(40,90)
(-)	Benefícios	(40.537)	(68.519)	(40,84)
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	(74)	(100,00)
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	61.885	39.883	55,17
(+/-)	Provisões Matemáticas	54.640	44.920	21,64
(+/-)	Fundos Previdenciais	7.245	(5.037)	(243,84)
	4. Operações transitórias	-	-	-
(+/-)	Operações transitórias	-	-	-
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	1.044.719	982.834	6,30
	C) Fundos não previdenciais	-	-	-

V - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS - PLANO B EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	2015	2014	Variação (%)
1. Ativos	1.638.148	1.576.325	3,92
Disponível	53	468	(88,68)
Recebível	2.488	2.334	6,60
Investimento	1.635.607	1.573.523	3,95
Debêntures	40.918	44.543	(8,14)
Fundos de Investimento	1.558.468	1.487.110	4,80
Investimentos Imobiliários	35.009	40.651	(13,88)
Empréstimos e Financiamentos	1.212	1.219	(0,57)
2. Obrigações	41.280	36.587	12,83
Operacional	1.812	1.720	5,35
Contingencial	39.468	34.867	13,20
3. Fundos não previdenciais	-	-	-
4. Resultados a realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	1.596.868	1.539.738	3,71
Provisões Matemáticas	1.431.143	1.406.214	1,77
Superávit/Déficit Técnico	164.705	131.515	25,24
Fundos Previdenciais	1.020	2.009	(49,23)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	164.705	131.515	25,24
b) (+/-) Ajuste de Precificação	22.605	43.376	(47,89)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	164.705	131.515	25,24



VI - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS - PLANO C EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	2015	2014	Variação (%)
1. Ativos	1.045.809	983.878	6,29
Disponível	187	247	(24,29)
Recebível	956	997	(4,11)
Investimento	1.044.666	982.634	6,31
Fundos de Investimento	1.038.661	975.513	6,47
Empréstimos e Financiamentos	6.005	7.121	(15,67)
2. Obrigações	1.090	1.044	4,41
Operacional	986	934	5,57
Contingencial	104	110	(5,45)
3. Fundos não previdenciais	-	-	-
4. Resultados a realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	1.044.719	982.834	6,30
Provisões Matemáticas	906.561	851.922	6,41
Fundos Previdenciais	138.158	130.912	5,54
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	-	-	-
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	-	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	-	-	-


VII - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSOLIDADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	2015	2014	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	-	-	-
I. Custeio da Gestão Administrativa	6.159	6.173	(0,23)
I.1. Receitas	6.159	6.173	(0,23)
Custeio Administrativo dos Investimentos	6.159	6.173	(0,23)
2. Despesas Administrativas	6.159	6.173	(0,23)
2.1. Administração Previdencial	4.306	4.173	3,19
Pessoal e encargos	2.597	2.413	7,63
Serviços de terceiros	1.260	1.281	(1,64)
Despesas gerais	239	273	(12,45)
Depreciações e amortizações	-	3	(100,00)
Tributos	210	203	3,45
2.2. Administração dos Investimentos	1.653	1.800	(8,17)
Pessoal e encargos	880	973	(9,56)
Serviços de terceiros	662	704	(5,97)
Despesas gerais	34	39	(12,82)
Tributos	77	84	(8,33)
2.3. Administração Assistencial	-	-	-
2.4. Outras Despesas	200	200	-
3. Constituição / Reversão de Contingências Administrativas	-	-	-
4. Reversão de Recursos para Plano de Benefícios (1-2-3)	-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos (4)	-	-	-
6. Sobras/Insuficiências da Gestão Administrativas (1-2-3-4-5)	-	-	-
7. Constituição / Reversão do Fundo Administrativo (6)	-	-	-
8. Operações Transitórias	-	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	-	-	-

VIII - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA POR PLANO DE BENEFÍCIOS - PLANO B
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)



DESCRIÇÃO	2015	2014	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	-	-	-
I. Custeio da Gestão Administrativa	3.627	3.473	4,43
I.1. Receitas	3.627	3.473	4,43
Custeio Administrativo dos Investimentos	3.627	3.473	4,43
2. Despesas Administrativas	3.627	3.473	4,43
2.1. Administração Previdencial	2.485	2.246	10,64
Pessoal e encargos	1.499	1.300	15,31
Serviços de terceiros	727	688	5,67
Despesas gerais	138	147	(6,12)
Depreciações e amortizações	-	2	(100,00)
Tributos	121	109	11,01
2.2. Administração dos Investimentos	1.022	1.107	(7,68)
Pessoal e encargos	545	596	(8,56)
Serviços de terceiros	408	435	(6,21)
Despesas gerais	21	24	(12,50)
Tributos	48	52	(7,69)
2.3. Administração Assistencial	-	-	-
2.4. Outras Despesas	120	120	-
3. Constituição / Reversão de Contingências Administrativas	-	-	-
4. Reversão de Recursos para Plano de Benefícios (1-2-3)	-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos (4)	-	-	-
6. Sobras/Insuficiências da Gestão Administrativas (1-2-3-4-5)	-	-	-
7. Constituição / Reversão do Fundo Administrativo (6)	-	-	-
8. Operações Transitórias	-	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	-	-	-


IX - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA POR PLANO DE BENEFÍCIOS - PLANO C
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	2015	2014	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	-	-	-
1. Custeio da Gestão Administrativa	2.532	2.700	(6,22)
1.1. Receitas	2.532	2.700	(6,22)
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.532	2.700	(6,22)
2. Despesas Administrativas	2.532	2.700	(6,22)
2.1. Administração Previdencial	1.821	1.927	(5,50)
Pessoal e encargos	1.098	1.113	(1,35)
Serviços de terceiros	533	593	(10,12)
Despesas gerais	101	126	(19,84)
Depreciações e amortizações	-	1	(100,00)
Tributos	89	94	(5,32)
2.2. Administração dos Investimentos	631	693	(8,95)
Pessoal e encargos	335	377	(11,14)
Serviços de terceiros	254	269	(5,58)
Despesas gerais	13	15	(13,33)
Tributos	29	32	(9,38)
2.3. Administração Assistencial	-	-	-
2.4. Outras Despesas	80	80	-
3. Constituição / Reversão de Contingências Administrativas	-	-	-
4. Reversão de Recursos para Plano de Benefícios (1-2-3)	-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos (4)	-	-	-
6. Sobras/Insuficiências da Gestão Administrativas (1-2-3-4-5)	-	-	-
7. Constituição / Reversão do Fundo Administrativo (6)	-	-	-
8. Operações Transitórias	-	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	-	-	-

X - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS – PLANO B
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)



DESCRIÇÃO	2015	2014	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	1.638.148	1.576.325	3,92
1. Provisões Matemáticas	1.431.143	1.406.214	1,77
1.1. Benefícios Concedidos	1.410.519	1.381.632	2,09
Benefício Definido	1.410.519	1.381.632	2,09
1.2. Benefício a Conceder	20.624	24.582	(16,10)
Contribuição Definida	20.624	24.582	(16,10)
Saldo de contas -parcela participantes benefício definido	20.624	24.582	(16,10)
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	-	-	-
2. Equilíbrio Técnico	164.705	131.515	25,24
2.1. Resultados Realizados	164.705	131.515	25,24
Superávit técnico acumulado	164.705	131.515	25,24
Reserva de contingência	164.705	131.515	25,24
3. Fundos	1.020	2.009	(49,23)
3.1. Fundos previdenciais	1.020	2.009	(49,23)
3.2. Fundos dos investimentos - Gestão Previdencial	-	-	-
4. Exigível operacional	1.812	1.720	5,35
4.1. Gestão Previdencial	1.643	1.519	8,16
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	169	201	(15,92)
5. Exigível contingencial	39.468	34.867	13,20
5.1. Gestão Previdencial	39.468	34.867	13,20
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	-	-	-

**XI - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS – PLANO C
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	2015	2014	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	1.045.809	983.878	6,29
1. Provisões Matemáticas	906.561	851.921	6,41
1.1. Benefícios Concedidos	488.095	412.260	18,39
Contribuição definida	403.297	339.937	18,64
Benefício definido	84.798	72.323	17,25
1.2. Benefício a Conceder	418.466	439.661	(4,82)
Contribuição Definida	418.466	439.661	(4,82)
Saldo de contas -parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	195.485	203.821	(4,09)
Saldo de contas -parcela participantes benefício definido	222.981	235.840	(5,45)
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	-	-	-
2. Equilíbrio Técnico	-	-	-
2.1. Resultados Realizados	-	-	-
2.2. Resultados Realizar	-	-	-
3. Fundos	138.158	130.913	5,53
3.1. Fundos previdenciais	138.158	130.913	5,53
3.2. Fundos dos investimentos - Gestão Previdencial	-	-	-
4. Exigível operacional	986	934	5,57
4.1. Gestão Previdencial	781	716	9,08
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	205	218	(5,96)
5. Exigível contingencial	104	110	(5,45)
5.1. Gestão Previdencial	104	110	(5,45)
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	-	-	-

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015

(em milhares de reais)

I. Contexto operacional

A PSS - Seguridade Social é uma entidade fechada de previdência privada (doravante "Entidade" ou "PSS"), sem fins lucrativos, constituída em 1977 sob a forma de sociedade civil pelas patrocinadoras Philips do Brasil Ltda. (incorporou a Philips Eletrônica da Amazônia Ltda.), PSS - Seguridade Social, Lumileds Iluminação Brasil Ltda. (atual denominação da Philips Eletrônica do Nordeste Ltda.), Philips Medical Systems Ltda., Inbraphil Ind. Brasileiras Philips Ltda., Atos Brasil Ltda., Sopho Business Communications Soluções Empresariais Ltda., Dixtal Biomédica Indústria e Comércio Ltda., Dixtal Tecnologia Indústria e Comércio Ltda., Philips Clinical Informatics - Sistemas de Informação Ltda. (incorporou a Tecso Informática Ltda.) e Gibson Innovations do Brasil Indústria Eletrônica Ltda., sendo o seu funcionamento autorizado por meio da Portaria nº 1.384/78, do Ministério da Previdência Social (MPS). O objetivo da Entidade é assegurar aos seus participantes e seus dependentes legais os seguintes benefícios previdenciários:

- (a) Suplementação de aposentadoria por invalidez, idade, tempo de serviço, especial e de abono anual.
- (b) Suplementação de pensão, auxílio-doença e pecúlio por morte.

Ao final do exercício de 1996, foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar e implantado na Entidade um novo Plano de Suplementação, denominado Plano "C", com característica de contribuição definida para benefícios programáveis e benefício definido para os benefícios não programáveis. A Entidade conta também com o plano de benefício definido, denominado Plano "B", que foi encerrado para novas inscrições a partir da aprovação do Plano "C".

Em 31 de dezembro de 2015, a Entidade conta com 1.856 participantes ativos (2.160 em 2014), 3.978 já em gozo de benefícios (3.990 em 2014) e 300 em regime de benefício proporcional diferido *vesting* (293 em 2014).

Em dezembro de 2015, as patrocinadoras do Grupo Philips, a Gibson Innovations do Brasil Indústria Eletrônica Ltda. e a Atos Brasil Ltda., comunicaram à PSS sua decisão de rescindir os convênios de adesões retirando-se dos Planos B e C da PSS. Os processos de retiradas foram aprovados pelos Órgãos Estatutários (Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo) e comunicados à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC).

As demonstrações contábeis estão apresentadas em atendimento as disposições legais dos órgãos normativos e

reguladores das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, especificamente a Resolução nº 08/11 do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC), a Instrução Normativa nº 34/09 do Ministério da Previdência Social (MPS)/Secretaria de Previdência Complementar (SPC) (atual Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC)), alterada pela Instrução Normativa nº 25/15 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e a Resolução nº 1272/10 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Entidade em 29 de fevereiro de 2016.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis e os critérios de apuração foram aplicados de maneira uniforme com o período anterior na elaboração das demonstrações contábeis e foram basicamente os seguintes:

(a) Realizável - Gestão Previdencial e Administrativa

Os realizáveis da Gestão Previdencial e Administrativa são apresentados pelos valores de realização e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos.

(b) Realizável - Investimentos

(i) Debêntures

Estão registradas ao preço de custo, acrescido dos rendimentos contratuais auferidos até a data do balanço e ajustadas ao valor justo.-Nota 6(a).

Os resultados efetivos podem variar em relação as estimativas uma vez que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade. Foram utilizados os melhores dados e informações disponíveis na data da mensuração do valor de realização.

(ii) Fundos de Investimentos - renda fixa e ações

A Secretaria de Previdência Complementar SPC (atual PREVIC), por meio da Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC nº 22, de 25 de setembro de 2006, estabeleceu critérios para o registro e a avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários, de acordo com a intenção de negociação da administração na data da aquisição, segundo as duas categorias, a saber:

- Títulos para negociação - os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- Títulos mantidos até o vencimento - os títulos e valores mobiliários, exceto as ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e capacidade financeira para sua manutenção até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Renda fixa

Representa as aplicações em cotas de Fundos de renda fixa e estão registradas pelo valor da cota na data do balanço, calculada e informada pelo custodiante do Fundo.

Ações

Representa cotas de Fundos de renda variável e estão registradas pelo valor da cota na data do balanço, calculada e informada pela instituição financeira custodiante.

(iii) Investimentos imobiliários

Estão registrados pelo valor da última avaliação. Em 2015, foram realizadas as avaliações do edifício situado na Av. Roque Petroni Júnior nº 999, e do edifício situado na Avenida Doutor Cardoso de Melo nº 1.855, conjunto 121, de acordo com a periodicidade estabelecida pela PREVIC.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base no tempo de vida útil informado nos laudos de avaliação, sendo a taxa anual entre 1,5 a 2,5% para edificações, e sua contrapartida é lançada como despesa no programa de investimentos.

(iv) Empréstimos e Financiamentos

Registram as operações de empréstimos concedidos a participantes (ativos e suplementados). Seu saldo reflete a posição da carteira na data do balanço, atualizado monetariamente com base na variação da TR e acréscido de juros até janeiro de 2002 e, para as concessões após janeiro de 2002, atualizado monetariamente pela variação do IPC/DI- FGV acrescido de juros à taxa mensal de 0,5%. Os valores dos empréstimos são concedidos líquidos de 2% ou 3% referente à taxa de administração.

(c) Exigível operacional

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

(d) Exigível Contingencial

São decorrentes de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis e fiscais. São adotados métodos conservadores de mensuração para determinar os montantes de provisão pela Administração e seus assessores legais. Os valores das contingências são quantificados segundo as classificações de "Provável", "Possível" e "Remoto".

(e) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem basicamente a avaliação a preço de mercado e de realização da carteira de investimentos, provisão para contingências e os passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de

imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

(f) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS)

A Demonstração da Mutação Consolidada do Patrimônio Social, destina-se à evidenci o das altera es do ativo líquido da Entidade Fechada de Previdência Complementar, no exercício.

(g) Demonstr o do Ativo Líquido (DAL)

A Demonstr o do Ativo Líquido (DAL) destina-se a evidenciar os componentes patrimoniais do plano de benefícios, que corresponde   parte do ativo destinado   cobertura dos benefícios futuros e do Exigível Contingencial, se houver.

(h) Demonstr o do Plano de Gestão Administrativa (DPGA)

Os registros das opera es administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa (PGA), segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA   constituído pelas receitas (Investimentos e Diretas) e reembolsos administrativos, deduzidas das despesas comuns e específicas da administra o previdencial, e dos investimentos.

As receitas administrativas da Entidade são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

As despesas administrativas específicas de cada plano de benefícios serão custeadas integralmente pelo plano a que se referir, não cabendo rateio entre os demais planos.

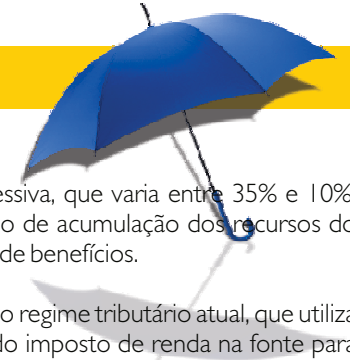
As despesas administrativas comuns serão custeadas pelos planos de benefícios com base na seguinte metodologia:

As despesas administrativas previdenciais serão custeadas pelos planos de benefícios administrados pela Entidade, na propor o do número de participantes e assistidos de cada plano.

As despesas administrativas de investimentos serão custeadas pelos planos de benefícios administrados pela Entidade, na propor o dos recursos garantidores de cada plano.

(i) Demonstr o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT)

A Demonstr o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT) tem como objetivo informar aos participantes e assistidos a totalidade dos compromissos de seu plano de benefícios de forma mais detalhada, e também apresentar os saldos das provisões matemáticas de acordo com o plano de benefícios.



(j) Regime financeiro

Plano B - a Entidade adota o regime financeiro de: (i) capitalização (método do crédito unitário projetado) para os benefícios de aposentadoria por tempo de serviço, especial, por idade, por invalidez, benefício diferido, pensão por morte do aposentado e pecúlio por morte do aposentado; (ii) repartição de capitais de cobertura para pensão por morte do participante ativo, auxílio-doença e auxílio-reclusão;

(iii) repartição simples para pecúlio por morte do participante ativo, resgate e portabilidade.

Plano C - a Entidade adota o regime financeiro de capitalização para a avaliação de todos os benefícios do Plano, exceto para os benefícios de auxílio doença e auxílio reclusão para os quais foi adotado o método de repartição de capitais de cobertura.

Para os benefícios a conceder estruturados em regime de capitalização, a provisão matemática, conforme o método de financiamento adotado, é apurada pelo valor atual dos benefícios futuros a serem pagos, proporcionalmente à vida laborativa dos participantes. Para os benefícios concedidos, a provisão matemática é o próprio valor presente dos benefícios futuros.

(k) Custeio administrativo

O custeio administrativo da Entidade engloba as despesas administrativas previdenciais e financeiras que são cobertas principalmente com recursos do resultado dos investimentos conforme estabelecido no RPGA (Regulamento do Plano de Gestão Administrativa).

(l) PIS/COFINS

Contribuições calculadas às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, pelos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate, limitado aos rendimentos das aplicações proporcionados pelos ativos garantidores das reservas técnicas e pela parcela das contribuições destinadas à constituição de reservas técnicas).

(m) Imposto de renda

Com advento da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, publicada no DOU, em 30 de dezembro de 2004, a partir de 1º de janeiro de 2005, o imposto de renda incide sobre os benefícios e resgates pagos aos participantes do plano da Fundação, de acordo com a opção realizada pelo participante e regras dispostas na Lei, da seguinte forma:

(i) Por uma tabela regressiva, que varia entre 35% e 10%, dependendo do prazo de acumulação dos recursos do participante no plano de benefícios.

(ii) Por permanecerem no regime tributário atual, que utiliza a tabela progressiva do imposto de renda na fonte para as pessoas físicas.

4. Ativo - gestão previdencial

	2015	2014
Contribuições vincendas a receber		
Patrocinadoras	7	2
Participantes	694	825
Autofinanciados	188	175
Adiantamentos	77	-
Depósitos Judiciais/Recurrais (nota 8)	2.478	2.330
	<u>3.444</u>	<u>3.332</u>

5. Ativo - gestão administrativa

O saldo em 31 de dezembro de 2015 de R\$ 1.475 (R\$ 1.484 em 2014) é representado principalmente pelo custeio administrativo a receber de R\$ 334 (R\$ 365 em 2014) e depósito em juízo referente ao PIS/COFINS sobre receitas administrativas de R\$ 1.141 (R\$ 1.118 em 2014).

6. Ativo - investimentos

(a) Debêntures

			Plano B	
			2015	2014
Valor de curva	Ajuste de MTM	Valor de mercado	Valor contábil	Valor contábil
<u>136.905</u>	<u>(95.987)</u>	<u>40.918</u>	<u>40.918</u>	<u>44.543</u>

O saldo em 31 de dezembro de 2015 de R\$ 40.918 (R\$ 44.543 em 2014), refere-se a 2.300 debêntures emitidas pela Hauscenter S.A., coproprietária do Edifício World Trade Center em São Paulo (WTC), as quais estão registradas ao preço de custo, acrescido dos rendimentos contratuais auferidos até a data do balanço, e ajustadas ao valor justo, o qual foi obtido em laudo de avaliação da Cushman & Wakefield Semco, em novembro de 2015. Os rendimentos distribuídos pelas debêntures e apropriados ao resultado no ano de 2015 foram de R\$ 4.712 (R\$ 5.202 no ano de 2014). O ajuste ao valor justo em 31 de dezembro de 2015 foi de - R\$ 3.626.

(b) Composição dos títulos e valores mobiliários por classificação (Renda Fixa e Renda Variável)

As cotas de fundos de renda fixa e de renda variável estão registradas pelo valor da cota, na data de encerramento do balanço, calculada e informada pela instituição financeira administradora dos fundos.

	Plano B		Plano C		Total	
	Valor contábil		Valor contábil		Valor contábil	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Títulos para negociação						
Cotas de fundos de investimentos (1)	597.509	622.866	1.038.661	975.513	1.636.170	1.598.379
Títulos mantidos até o vencimento						
Cotas de fundos de investimentos (2)	960.959	864.244	-	-	960.959	864.244
Total	<u>1.558.468</u>	<u>1.487.110</u>	<u>1.038.661</u>	<u>975.513</u>	<u>2.597.129</u>	<u>2.462.623</u>

(1) Representadas por três Fundos de Investimentos em Cotas de Fundo exclusivos administrados pela Sul América Investimentos DTVM S.A. no caso do Plano C e de dois fundos exclusivos de renda fixa administrados por, Banco Itaú-Unibanco S.A. e BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM no caso do Plano B. Estão apresentados com base no valor da cota divulgado pelos administradores dos fundos na data de balanço.

(2) Representadas por um Fundo exclusivo de renda fixa administrado por BRAM Bradesco Asset Management Ltda. Está apresentada com base no valor da cota divulgado pelo administrador do fundo na data de balanço. Em 2014 o objetivo da reclassificação dos títulos desse fundo de investimento para títulos mantidos até o vencimento, foi de reduzir a volatilidade do resultado do Plano B, sendo que a reclassificação não apresentou reflexo no resultado.

(c) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por tipo

	Plano B		Plano C		Total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Renda fixa						
Cotas de Fundo de Renda Fixa	1.558.468	1.487.110	909.437	797.287	2.467.905	2.284.397
Ações						
Cotas de Fundos de Ações	-	-	129.224	178.226	129.224	178.226
Total	<u>1.558.468</u>	<u>1.487.110</u>	<u>1.038.661</u>	<u>975.513</u>	<u>2.597.129</u>	<u>2.462.623</u>

Os títulos que compõem a carteira dos fundos de investimento em cotas de fundos exclusivos são compostos pelas seguintes aplicações em 31 de dezembro:

Fundos de Invest. Renda Fixa	2015	2014	Fundos de investimento (Ações)	2015	2014
Títulos para negociação			Títulos para negociação		
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	1.143.445	1.116.723	Ações	113.652	165.736
Notas do Tesouro Nacional (NTN-C)	98.447	125.663	Letras Financeiras do Tesouro Nacional (LFTs)	585	771
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	3.504	-	Notas do Tesouro Nacional (NTN-Over)	-	1.717
Letras do Tesouro Nacional (LTNs)	6.824	29.287	Debêntures	38	106
Letras do Tesouro Nacional (LTN Over)	34.692	-	Letras do Tesouro Nacional (LTNs Over)	10.842	2.560
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	7.948	Tesouraria, contas a receber e a pagar	4.107	7.336
Letras Financeiras	-	12.494			
Letras Financeiras do Tesouro Nacional (LFTs)	41.935	-	Total - Fundos de Investimento (Ações)	<u>129.224</u>	<u>178.226</u>
Debêntures	59.371	64.503			
Depósito Prazo Garantia Espécie (DPGE)	2.933	8.627	Total - Fundos de Investimento	<u>2.597.129</u>	<u>2.462.623</u>
Letras Financeiras Bancárias	115.638	36.467			
Tesouraria, contas a receber e a pagar	157	18.441			
Sub Total - Fundos de Invest. (Renda Fixa)	<u>1.506.946</u>	<u>1.420.153</u>			
(*) Títulos mantidos até o vencimento					
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	728.447	698.147			
Notas do Tesouro Nacional (NTN-C)	84.458	77.066			
Debêntures	37.223	43.513			
Letras do Tesouro Nacional (LTN Over)	94.552	25.554			
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	5.501			
Certificados Recebíveis Imobiliários	5.003	4.886			
Letras Financeiras Bancárias	11.314	9.612			
Tesouraria, contas a receber e a pagar	(38)	(35)			
Sub Total - Fundo de Investimento (Renda Fixa)	<u>960.959</u>	<u>864.244</u>			
Total - Fundos de Investimento (Renda Fixa)	<u>2.467.905</u>	<u>2.284.397</u>			



(*) Ajuste de precificação dos Títulos Públicos Mantidos até o Vencimento em 31 de dezembro de 2015 (Resolução CNPC nº 16/2014 e Instrução PREVIC nº 19/2015)

Título Federal	Vencimento	Quantidade	Indexador	Valor do Título (Contábil R\$ Mil)	Valor do Título (Ajustado) R\$ Mil	Valor do Ajuste
1) - NTN-B						
NTN-B	15/08/2016	22.110	IPCA	62.853	62.643	-210
NTN-B	15/05/2017	7.641	IPCA	21.419	21.350	-69
NTN-B	15/08/2018	7.252	IPCA	20.547	20.560	13
NTN-B	15/08/2020	26.110	IPCA	73.385	74.035	650
NTN-B	15/08/2022	36.113	IPCA	100.670	102.451	1.781
NTN-B	15/08/2024	23.885	IPCA	66.289	67.778	1.489
NTN-B	15/08/2030	10.269	IPCA	27.934	29.159	1.225
NTN-B	15/05/2035	20.834	IPCA	55.411	58.331	2.920
NTN-B	15/08/2040	18.204	IPCA	48.674	51.706	3.032
NTN-B	15/05/2045	44.973	IPCA	118.010	125.956	7.946
NTN-B	15/08/2050	16.305	IPCA	43.161	46.331	3.170
Total NTN-B		233.696		638.353	660.300	21.947
2) - NTN-C						
NTN-C	01/07/2017	888	IGPM	3.087	3.071	-16
NTN-C	01/04/2021	8.812	IGPM	30.046	30.062	16
NTN-C	01/01/2031	9.510	IGPM	51.325	51.983	658
Total NTN-C		19.210		84.458	85.116	658
TOTAL GERAL (1+2)		252.906		722.811	745.416	22.605

Obs. Como não há Reserva Especial para Revisão de Plano a ser destinada (Plano B), não se aplica em 31/12/2015 o ajuste de precificação.

(d) Investimentos imobiliários

	Plano B	
	2015	2014
Custo - Terrenos e edificações		
Imóveis locados a terceiros	34.700	40.783
	<u>34.700</u>	<u>40.783</u>
Custo - Instalações		
Imóveis locados a terceiros	100	100
	<u>100</u>	<u>100</u>
Depreciações		
	(100)	(232)
	<u>(100)</u>	<u>(232)</u>
Aluguéis a receber	309	-
Total de Investimentos Imobiliários	<u>35.009</u>	<u>40.651</u>

Reavaliação de Imóvel

Em 2015, a Entidade realizou a reavaliação do imóvel localizado na Av. Roque Petroni Junior nº 999 (5º, 6º e 7º andares) e do imóvel situado na Avenida Doutor Cardoso de Melo nº 1855 (conjunto 121). O efeito dessa reavaliação foi reconhecido contabilmente em dezembro de 2015, resultando em uma redução da carteira imobiliária de R\$ 5.554. Os laudos foram elaborados pela empresa Cushman & Wakefield Semco.

(e) Empréstimos e financiamentos

	Plano B		Plano C		Total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Empréstimos a participantes ativos/assistidos	1.232	1.245	6.032	7.138	7.264	8.383
Provisão para perdas	(20)	(26)	(27)	(18)	(47)	(44)
	<u>1.212</u>	<u>1.219</u>	<u>6.005</u>	<u>7.120</u>	<u>7.217</u>	<u>8.339</u>

A provisão é estabelecida com base em 30% dos saldos dos empréstimos aos Assistidos sem dependentes e 100% dos saldos dos empréstimos conhecidos como sendo de provável perda para a Entidade.

7. Exigível operacional

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Gestão previdencial		
Benefícios a pagar	61	17
IRRF a recolher	2.150	1.997
outros	213	221
	<u>2.424</u>	<u>2.235</u>
Gestão administrativa		
Credores diversos	302	336
Tributos a recolher	23	-
Outros	9	8
	<u>334</u>	<u>344</u>
Investimentos		
Imobiliários	40	37
Custeio PGA	334	366
Outros	-	16
	<u>374</u>	<u>419</u>

8. Exigível contingencial

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Gestão Previdencial		
Provisões	2.184	2.102
Imposto de Renda a Recolher (i)	280	232
Indenização Judicial a Recolher (i)	<u>37.108</u>	<u>32.643</u>
Processos Judiciais (ii)	<u>39.572</u>	<u>34.977</u>

(i) A Entidade efetua depósito judicial referente aos valores de imposto de renda e indenização judicial a recolher, conforme Nota 4.

(ii) A PSS - Seguridade Social possui 11 processos judiciais cíveis sendo que, para os valores em risco, foi constituída provisão para perdas totalizando R\$ 3.499 em 2015 (R\$ 819 em 2014).

A PSS possui também 12 processos fiscais, sendo que para os valores em risco foi constituída provisão para perdas totalizando R\$ 33.609 em 2015 (R\$ 31.824 em 2014).

Com relação ao processo fiscal nº 2004.61.82.053611-3 a Entidade recebeu em exercício anterior (2001) auto de infração, movido pela receita federal, referente ao pagamento de PIS do período de 1995 a 1999, cujo montante atualizado em 12/2015 é de R\$ 31.550, relativos ao Plano "B". Até 2011 o processo estava sendo considerado como de perda possível, com base na opinião dos consultores jurídicos da Entidade e dessa forma sem a constituição de provisão contábil correspondente. Em 2012, a Entidade reavaliou suas estimativas e a correspondente perspectiva de êxito ou perda na respectiva ação judicial e concluiu pelo provisionamento do risco envolvido no montante acima descrito (R\$ 30.267 em 2014).

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Gestão Administrativa		
Provisões		
PIS/COFINS a recolher	<u>1.141</u>	<u>1.141</u>

A partir de setembro de 2010, de acordo com a liminar nos autos do processo nº 0011954-08.210.403.6100, a Entidade passou a provisionar e efetuar o depósito em juízo (Nota 5) dos valores relativos a essas contribuições. A partir de 2015 conforme a IN RFB nº 1544/15, a Entidade passou a recolher as contribuições (PIS e COFINS) e deixou de efetuar os depósitos em juízo.

9. Provisões matemáticas

As provisões matemáticas são determinadas por atuário externo contratado pela Entidade (Willis Towers Watson), por meio de parecer atuarial, em conformidade com critérios aprovados pela PREVIC, e estão representados por:

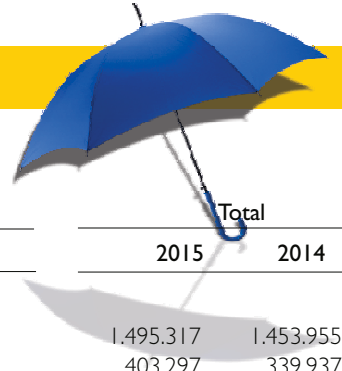
(a) Benefícios concedidos

Correspondem ao valor atual dos benefícios pagos aos assistidos já em gozo do benefício.

(b) Benefícios a conceder

(i) **Plano "B" e Plano "C"** (benefícios definidos) - correspondem ao valor atual dos benefícios futuros, apurados de forma proporcional à vida laborativa dos participantes ativos e autopatrocinados.

(ii) **Plano "C"** (contribuições definidas) - correspondem às contribuições individuais dos participantes, acrescidas das contribuições correspondentes às patrocinadoras.



(c) Composição das provisões matemáticas

	Plano B		Plano C		Total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Provisões matemáticas						
Benefício definido	1.410.519	1.381.632	84.798	72.323	1.495.317	1.453.955
Contribuição definida	-	-	403.297	339.937	403.297	339.937
Benefícios concedidos	<u>1.410.519</u>	<u>1.381.632</u>	<u>488.095</u>	<u>412.260</u>	<u>1.898.614</u>	<u>1.793.892</u>
Benefício definido	20.624	24.582	15.459	20.851	36.083	45.433
Contribuição definida	-	-	403.007	418.810	403.007	418.810
Benefícios a conceder	<u>20.624</u>	<u>24.582</u>	<u>418.466</u>	<u>439.661</u>	<u>439.090</u>	<u>464.243</u>
(-) Provisão matemática a constituir	-	-	-	-	-	-
(*)	<u>1.431.143</u>	<u>1.406.214</u>	<u>906.561</u>	<u>851.921</u>	<u>2.337.704</u>	<u>2.258.135</u>

(*) Apesar do aumento da taxa real anual de juros (5,50% para 6,00% no Plano B e 5,21% para 5,34% no Plano C), que reduziu as provisões matemáticas de Benefício Definido, o crescimento anual verificado no total, deve-se principalmente à atualização monetária das provisões matemáticas.

(d) Hipóteses financeiras e biométricas

• Hipóteses financeiras

1. As hipóteses econômicas utilizadas na apuração das provisões matemáticas estão suportadas por estudos técnicos preparados pela Willis Towers Watson e aprovados pela Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, AETQ (Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado) e ARPB (Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios). A Entidade utilizou a taxa real anual de juros de 6,00% para o plano B (5,50% em 2014) e de 5,34% para o plano C (5,21% em 2014). As premissas atuariais para determinação das provisões matemáticas em 31 de dezembro de 2015 estão em conformidade com a Resolução CGPC nº. 18/2006, e a Instrução PREVIC nº23/2015.

• Hipóteses biométricas e demográficas

As tábuas biométricas e demográficas foram selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo. Em 2005, a PSS decidiu por ajustar sua tábua de mortalidade geral de forma gradativa, mudando a expectativa de vida da população sem criar um grande impacto no custo do Plano.

Com a publicação da Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, foi estabelecida a Tábua AT-1983 como nova tábua mínima de mortalidade geral e o prazo de adequação à referida resolução como sendo dezembro de 2008. Sendo assim, após adoção gradativa da diferença entre AT-1983 e a GAM-1971 agravada nos últimos anos, foi considerado na avaliação atuarial de 2008 a AT-1983 desagradada em 10%.

Em 2012, a tábua de mortalidade geral foi alterada da

AT-1983 Basic desagradada em 10%, para AT-2000 Basic, tendo em vista uma melhor adequação à massa de participantes dos planos de benefícios.

Em 2014 com base na Instrução nº 7/2013 da PREVIC, foi realizado o estudo técnico da aderência das Hipóteses objetivando identificar as tábuas que melhor se ajustem aos perfis de morte, invalidez e rotatividade da massa de participantes dos planos de benefícios.

Os resultados da análise indicaram a adoção, para os Cálculos Atuariais de 2014 e em diante, da Tábua de Mortalidade Geral AT-2000 Basic suavizada em 10%, Tábua de Rotatividade experiência plano de benefícios C Jun/2012 a Jun/2014 e a manutenção das demais tábuas adotadas em 2013.

10. Equilíbrio Técnico

(a) Reserva de Contingência

Constituída de acordo com o artigo 7º da Resolução CGPC nº 26/08 alterada pela Resolução CNPC nº22/2015. Refere-se a parte do resultado superavitário do Plano B, correspondente a 11,5% do valor das provisões matemáticas, situando-se abaixo do limite de 19,8%, calculado com base na Resolução CNPC nº 22/2015, não tendo Reserva Especial para Revisão do Plano em 31/12/2015. A movimentação durante 2015 apresentou-se como segue:

	<u>Plano B</u>
	<u>2015</u>
Saldo inicial	131.515
Resultado apurado no exercício de 2015	33.190
Saldo final	<u>164.705</u>

11. Fundos

(a) Previdencial

(i) Fundo especial - Plano "C"

Conforme previsto no Regulamento Básico do Plano "C" (artigo 18 parágrafo 4), a Entidade vem constituindo um fundo para cobertura de benefícios de risco e para futuras contribuições das patrocinadoras, utilizando-se de sobras da conta patronal. Com base em parecer atuarial de 24 de agosto de 2009 emitido pela Willis Towers Watson, o Fundo Especial foi subdividido em dois fundos:

- Fundo Especial - Reavaliado - utilizado para cobertura de impactos nos passivos atuariais devido a futura mudança na tábua de mortalidade, eventual redução da taxa real anual de juros, cobrir os pagamentos dos benefícios de risco e eventuais perdas atuariais nos compromissos a eles relacionados, cuja movimentação durante 2015 apresentou-se como segue:

	<u>Plano C</u> <u>2015</u>
Saldo inicial	111.371
Atualização (rendimento)	9.420
Sobras da Contribuição Patronal por desligamento	7.104
Sobras por pagto. de benefícios de risco/espólio	2.154
Contribuição Patrocinadora (Gibson)	77
Utilização (benefícios pagos)	(3.378)
Utilização (despesas administrativas)	(2.530)
Transferência para Fundo de redução contribuições patrocinadora - Gibson	(910)
Constituição/reversão para benefício definido e outros	1.750
Saldo final	<u>125.058</u>

- Fundo Especial - redução de Contribuições Patrocinadoras: utilizado para redução das contribuições futuras das patrocinadoras, cuja movimentação durante 2015 apresentou-se como segue:

	<u>Plano C</u> <u>2015</u>
Saldo inicial	17.676
(*) Constituição do fundo para redução da contribuição da patrocinadora - Gibson	910
Utilização para redução das contribuições das patrocinadoras	<u>(7.320)</u>
Saldo final	<u>11.266</u>

(*) Com base em Parecer Atuarial emitido pela Willis Towers Watson, foi constituído esse Fundo como uma subdivisão do Fundo Especial existente no exercício, e será utilizado especificamente para redução das contribuições futuras da patrocinadora Gibson Innovations do Brasil Indústria Eletrônica Ltda.

Diretoria

Luiz A.B. Dias da Silva
Diretor Gerente e Financeiro

José Carlos C. Cadima
Diretor Administrativo

Wagner Friia
Diretor de Seguridade

Contador
Rodolfo Martins
CRC 1SP261248/O-0

(ii) Fundo de retirada de patrocínio da Atos Origin

A partir de 1ª de outubro de 2005 a patrocinadora Atos Origin Brasil Ltda. decidiu rescindir parcialmente o convênio de adesão retirando-se do Plano "C" da PSS e transferir as provisões matemáticas dos participantes envolvidos para a Bradesco Vida e Previdência. O processo de retirada foi homologado pela Secretaria de Previdência Complementar - (SPC) (atual PREVIC) em novembro de 2007. O valor do fundo previdencial de retirada em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 18 (R\$ 21 em 2014).

(iii) Fundo de retirada de patrocínio da LP Displays Brasil Ltda.

A partir de 1ª de dezembro de 2006 a patrocinadora LP Displays Brasil Ltda. decidiu rescindir o convênio de adesão retirando-se dos Planos "B" e "C" da PSS. O processo de retirada foi homologado pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC) (atual PREVIC) em setembro de 2007. Os saldos dos valores do fundo previdencial de retirada em 31 de dezembro de 2015 no Plano "B" é de R\$ 1.020 (R\$ 2.009 em 2014) e no Plano "C" é de R\$ 1.570 (R\$ 1.517 em 2014).

(iv) Fundo de retirada de patrocínio da Jabil do Brasil Indústria Eletroeletrônica Ltda.

A partir de 1ª de setembro de 2007 a patrocinadora Jabil do Brasil Indústria Eletroeletrônica Ltda. decidiu rescindir os convênios de adesão retirando-se dos Planos "B" e "C" da PSS. O processo de retirada foi homologado pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC) (atual PREVIC) em agosto de 2008. Os saldos dos valores do Fundo Previdencial de Retirada em 31 de dezembro de 2015 no Plano B encontra-se zerado e no Plano C é de R\$ 245 (R\$ 328 em 2014).

(v) TP Vision Indústria Eletrônica Ltda.

A partir de março de 2013 a patrocinadora TP Vision Indústria Eletrônica Ltda. (incorporada pela Envision Indústria de Produtos Eletrônicos Ltda.), decidiu rescindir o convênio de adesão retirando-se dos Planos B e C da PSS. O processo de retirada foi homologado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) em fevereiro de 2014. Os valores dos fundos de retiradas foram totalmente liquidados em agosto de 2014.

(vi) Sopho Business Communications – Soluções Empresariais Ltda.

A partir de março de 2015, a patrocinadora Sopho Business Communications – Soluções Empresariais Ltda., decidiu rescindir o convênio de adesão retirando-se dos Planos B e C da PSS. O processo de retirada foi protocolado em setembro de 2015 na Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) para avaliação e aprovação.

8 Pareceres



8.1 Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da PSS – Seguridade Social, tendo em vista o parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes datado de 22/03/2016, bem como os pareceres atuariais da Willis Towers Watson datados de 17/02/2016, aprovou, sem apontamentos, e recomendou ao Conselho Deliberativo, em reunião realizada em 23/03/2016, a aprovação do balanço encerrado em 31 de dezembro de 2015, elaborados nos termos da Resolução CNPC no. 08 de 31/10/2011, o Custeio dos Planos, Hipóteses Atuariais e o Orçamento para 2016.

São Paulo, 23 de março de 2016.

8.2 Parecer do Conselho Deliberativo

O Conselho Deliberativo da PSS – Seguridade Social, tendo em vista o parecer do Conselho Fiscal, datado de 23/03/2016, o parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores independentes e os pareceres atuariais da Willis Towers Watson, em reunião realizada em 28/03/2016, aprovou, sem apontamentos, as Demonstrações Contábeis do Exercício de 2015 elaboradas nos termos da Resolução CNPC no. 08 de 31/10/2011, o Custeio dos Planos, Hipóteses Atuariais, o Plano de Gestão Administrativa (PGA) de 2016 e o Orçamento para 2016.

São Paulo, 28 de março de 2016.

9 Demonstrativos de Investimentos em 31 de Dezembro de 2015

9.1 Anexo I - Renda Fixa

(Em milhares de Reais)

Fundo de Investimento Renda Fixa Plano B (Administrado pelo Bradesco Asset Management S/A DTVM)				
Aplicações				
Títulos Públicos Federais				
Tipo	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/2016	62.852	6,54
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/05/2017	21.418	2,23
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/2018	20.547	2,14
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/2020	73.385	7,64
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/2022	100.671	10,48
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/2024	66.289	6,90
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/2030	27.934	2,91
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/05/2035	55.411	5,77
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/2040	48.674	5,07
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/05/2045	118.010	12,28
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/2050	133.256	13,87
			728.447	75,83
Notas do Tes. Nacional - C	IGPM	01/07/2017	3.087	0,32
Notas do Tes. Nacional - C	IGPM	01/04/2021	30.046	3,13
Notas do Tes. Nacional - C	IGPM	01/01/2031	51.325	5,34
			84.458	8,79
Títulos Privados				
Letras Financeiras				
Letra Financeira Subordinada	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
ITAÚ	IPCA	10/08/2017	11.314	1,18
Certificado de Recebíveis Imobiliários				
Emitente	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
RBCS	IPCA	16/03/2023	5.003	0,52
Debêntures				
Emitente	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
HYPE	IPCA	15/07/2016	4.483	0,46
BNDESPAR	IPCA	15/01/2017	15.094	1,56
BR MALLS	IPCA	15/02/2019	3.277	0,33
SSBR	IPCA	15/02/2019	2.376	0,24
BRPR	IPCA	15/07/2019	1.440	0,14
TAAE	IPCA	15/10/2020	4.365	0,45
ASCP	IPCA	15/04/2022	860	0,09
ASCP	IPCA	15/07/2022	842	0,09
ASCP	IPCA	15/10/2022	825	0,09
ECORODO	IPCA	15/10/2022	2.740	0,29
ASCP	IPCA	15/01/2023	922	0,10
			37.224	3,84
Operações Compromissadas			94.552	9,84
Valores a Pagar / a Receber			-39	-
Patrimônio Líquido			<u>960.959</u>	<u>100,00</u>
Quantidade de Cotas:	244.745,03267			
Valor Cota Unitária:	3,92636600			

Anexo I - Renda Fixa

(Em milhares de Reais)



Fundo de Investimento Renda Fixa Plano BII (Administrado pelo Banco Itaúcard S.A.)

Aplicações				
Títulos Públicos Federais				
Tipo	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/05/2019	13.538	4,13
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/2024	79.715	24,34
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/2030	73.646	22,49
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/05/2035	65.321	19,95
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/2040	23.115	7,06
			255.335	77,97
Títulos Privados				
Letra Financeira				
Emitente	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
IDCLS	CDI	30/12/2017	1.620	0,49
Letra Financeira Subordinada				
Emitente	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
ITAÚ	IPCA	08/08/2022	1.534	0,47
ITAÚ	IPCA	09/08/2022	1.149	0,35
ITAÚ	IPCA	15/08/2022	9.604	2,93
			12.287	3,75
Debêntures				
Emitente	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
TAAE	IPCA	15/10/2024	4.639	1,42
Operações Compromissadas			53.609	16,37
Valores a Pagar / a Receber			-13	-
Patrimônio Líquido			<u>327.477</u>	<u>100,00</u>
Quantidade de Cotas:	87.711,99389			
Valor Cota Unitária:	3,73354560			

Fundo de Investimento Renda Fixa Plano BIII (Administrado pelo BTG Pactual Serviços Financeiros S/A DTVM)				
Aplicações				
Títulos Públicos Federais				
Tipo	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/05/2019	13.514	5,00
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/2024	93.892	34,77
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/2030	63.311	23,45
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/05/2035	49.801	18,44
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/2040	32.717	12,12
			253.235	93,78
Títulos Privados				
Debêntures				
Emitente	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
SABESP	IPCA	15/02/2019	308	0,11
BR MALLS	IPCA	15/02/2019	332	0,12
ENGI	IPCA	15/07/2019	1.197	0,44
CTBC	IPCA	15/09/2019	274	0,10
TRIA	IPCA	15/04/2020	4.702	1,74
DUKE	IPCA	20/05/2021	5.696	2,11
ASCP	IPCA	15/04/2022	804	0,30
ASCP	IPCA	15/07/2022	781	0,29
ASCP	IPCA	15/10/2022	757	0,28
ASCP	IPCA	15/01/2023	854	0,32
CEMIGDIS	IPCA	15/02/2025	397	0,15
RDVT	IPCA	15/06/2028	470	0,17
			16.572	6,13
Operações Compromissadas			234	0,09
Valores a Pagar / a Receber			-9	-
Patrimônio Líquido			<u>270.032</u>	<u>100,00</u>
Quantidade de Cotas:	71.903,42733			
Valor Cota Unitária:	3,75548810			



Anexo I - Renda Fixa

(Em milhares de Reais)

Fundo de Investimento Renda Fixa Multiplly (Adm. Santander Asset Management DTVM S.A.)				
Aplicações				
Títulos Públicos Federais				
Tipo	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/2016	24.111	14,49
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/05/2017	21.942	13,19
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/2018	27.629	16,62
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/05/2019	35.047	21,08
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/2020	28.149	16,93
			136.878	82,31
Notas do Tes. Nacional - C	IGPM	01/07/2017	4.483	2,70
Notas do Tes. Nacional - C	IGPM	01/04/2021	9.926	5,97
Notas do Tes. Nacional - C	IGPM	01/01/2031	10.981	6,60
			25.390	15,27
Títulos Privados				
Debêntures				
Emitente	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
CEMIGDIS	IPCA	15/02/2021	1.481	0,89
Operações Compromissadas			2.528	1,52
Valores a Pagar / a Receber			19	0,01
Patrimônio Líquido			<u>166.296</u>	<u>100,00</u>
Quantidade de Cotas:	880,65455			
Valor Cota Unitária:	188,8265244			

Fundo de Investimento Renda Fixa Ideal (Adm. pela Sul America Investimentos DTVM S/A)				
Aplicações Títulos Públicos Federais Tipo	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/2016	36.909	22,18
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/05/2017	13.151	7,90
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/2018	27.074	16,28
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/05/2019	14.864	8,94
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/2020	23.828	14,33
			<u>115.826</u>	<u>69,63</u>
Notas do Tes. Nacional - C	IGPM	01/07/2017	12.484	7,51
Notas do Tes. Nacional - C	IGPM	01/04/2021	8.272	4,97
Notas do Tes. Nacional - C	IGPM	01/01/2031	8.620	5,18
			<u>29.376</u>	<u>17,66</u>
Notas do Tes. Nacional - F	PRE	01/01/2021	3.504	2,11
Títulos Privados Debêntures				
Emitente	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
IGUATEMI	CDI	01/02/2018	860	0,52
SABESP	IPCA	15/02/2019	578	0,35
CSMG	IPCA	15/02/2019	890	0,54
CEMIG GT	IPCA	15/02/2019	596	0,36
ECORODO	IPCA	15/10/2019	2.546	1,53
TAAE	IPCA	15/10/2020	914	0,55
			<u>6.384</u>	<u>3,85</u>
LFS Elegível Nível II Emitente VOTORANT	Indexador IPCA	Vencimento 29/05/2021	Valor 8.107	% s/ Total 4,87
Operações Compromissadas			1.014	0,61
Valores a Pagar / a Receber			2.121	1,27
Patrimônio Líquido			<u>166.332</u>	<u>100,00</u>
Quantidade de Cotas:	8.414,64271			
Valor Cota Unitária:	19,7663756			


Life Fundo de Investimento Renda Fixa (Administrado pelo BTG Pactual Serviços Financeiros S/A DTVM)

Aplicações	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
Títulos Públicos Federais				
Tipo				
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/2016	22.615	13,54
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/05/2017	19.698	11,79
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/2018	45.473	27,22
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/05/2019	34.887	20,88
			122.673	73,43
Notas do Tes. Nacional - C	IGPM	01/07/2017	8.632	5,17
Notas do Tes. Nacional - C	IGPM	01/04/2021	8.490	5,08
Notas do Tes. Nacional - C	IGPM	01/01/2031	8.249	4,94
			25.371	15,19
Títulos Privados				
Letra Financeira Subordinada				
Emitente	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
ITAÚ	IPCA	10/08/2017	3.741	2,24
Debêntures	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
Emitente				
BR MALLS	IPCA	15/07/2016	479	0,28
TPIS	IPCA	15/10/2017	111	0,06
BR MALLS	IPCA	15/02/2019	332	0,20
SABESP	IPCA	15/02/2019	321	0,19
ENGI	IPCA	15/07/2019	3.026	1,81
CTBC	IPCA	15/09/2019	2.710	1,62
TRIA	IPCA	15/04/2020	2.351	1,41
DUKE	IPCA	20/05/2021	2.333	1,40
CEMIGDIS	IPCA	15/02/2025	397	0,24
RDVT	IPCA	15/06/2028	2.453	1,47
			14.513	8,68
Operações Compromissadas			778	0,47
Valores a Pagar / a Receber			-9	(0,01)
Patrimônio Líquido			<u>167.067</u>	<u>100,00</u>
Quantidade de Cotas:	8.387,33107			
Valor Cota Unitária:	19,91834210			

Fidelidade L. Fundo de Inv. Renda Fixa (Administrado pelo HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo)				
Aplicações				
Títulos Públicos Federais				
Tipo	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/2016	22.671	13,58
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/05/2017	15.675	9,39
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/2018	17.799	10,67
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/05/2019	30.534	18,30
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/2020	14.486	8,68
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/05/2035	310	0,19
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/05/2055	142	0,09
			101.617	60,90
Notas do Tes. Nacional - C	IGPM	01/07/2017	4.007	2,40
Notas do Tes. Nacional - C	IGPM	01/01/2031	14.302	8,57
			18.309	10,97
Letras Tes. Nacional	PRE	01/01/2017	6.824	4,09
Títulos Privados				
Letra Financeira				
Emitente	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
SANTANDER	CDI	10/05/2016	1.253	0,75
VOLKS	CDI	27/06/2016	727	0,44
PACTUAL	CDI	03/10/2016	3.781	2,27
CEF	CDI	24/10/2016	702	0,42
BRADESCO	CDI	12/07/2017	820	0,49
SANTANDER	CDI	24/07/2017	6.579	3,94
			13.862	8,31
Letra Financeira Subordinada				
Emitente	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
BRADESCO	CDI	13/02/2017	642	0,38
BRADESCO	CDI	09/06/2017	1.229	0,74
BRADESCO	CDI	31/08/2017	1.915	1,15
ITAU	CDI	29/08/2022	8.346	5,00
			12.132	7,27
Debêntures				
Emitente	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
MILS	CDI	18/04/2016	113	0,06
DASA	CDI	29/04/2016	55	0,02
BR MALLS	IPCA	15/07/2016	192	0,11
VIAN	CDI	20/03/2017	106	0,05
VIAOESTE	CDI	28/05/2017	75	0,03
AUTOBAN	CDI	15/09/2017	559	0,33
TGMA	CDI	15/02/2018	381	0,23
CVIA	CDI	20/06/2018	401	0,24
CBEE	IPCA	15/06/2019	2.414	1,45
ECORODO	IPCA	15/04/2018	41	0,02
ECORODO	IPCA	15/10/2019	139	0,08
ECORODO	IPCA	15/04/2020	173	0,10
CEMAR	IPCA	21/06/2020	2.083	1,25
TAEF	IPCA	15/10/2020	722	0,43
CEMIGDIS	IPCA	15/02/2021	1.521	0,91
LOCALIZA	IPCA	30/04/2021	225	0,13
ASCP	IPCA	15/04/2022	446	0,27
ASCP	IPCA	15/07/2022	433	0,26
ECORODO	IPCA	15/10/2022	734	0,44
ASCP	IPCA	15/10/2022	420	0,25
ASCP	IPCA	15/01/2023	473	0,28
			11.706	6,94
Dep Prazo Garantia Especial				
Emitente	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
BICBANCO	CDI	04/01/2016	2.933	1,76
Operações Compromissadas			1.596	0,96
Valores a Pagar / a Receber			-2.086	(1,25)
Patrimônio Líquido			<u>166.893</u>	<u>100,00</u>
Quantidade de Cotas:	8.618,55070			
Valor Cota Unitária:	19,36395350			

Anexo I - Renda Fixa



(Em milhares de Reais)

Futuro Previdenciário Renda Fixa Fundo de Investimento (Administrado pelo Banco Itaúcard S.A.)

Aplicações	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
Títulos Públicos Federais				
Tipo				
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/2016	44.495	26,75
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/05/2017	24.928	14,99
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/2018	20.451	12,30
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/05/2019	46.881	28,19
Notas do Tes. Nacional - B	IPCA	15/08/2020	21.126	12,70
			157.881	94,93
Títulos Privados				
Letra Financeira				
Emitente	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
ITAÚ	CDI	21/11/2017	1.233	0,74
ITAÚ	CDI	22/10/2018	1.234	0,74
			2.467	1,48
Letra Financeira Subordinada				
Emitente	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
ITAÚ	IPCA	08/08/2022	383	0,23
ITAÚ	IPCA	15/08/2022	1.537	0,92
			1.920	1,15
Debêntures				
Emitente	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
SABESP	IPCA	15/02/2019	745	0,45
BR MALLS	IPCA	15/02/2019	902	0,54
SSBR	IPCA	15/02/2019	262	0,16
SABESP	IPCA	15/01/2020	920	0,55
CPTÉ	IPCA	11/11/2023	1.248	0,75
			4.077	2,45
Valores a Pagar / a Receber			-15	(0,01)
Patrimônio Líquido			<u>166.330</u>	<u>100,00</u>
Quantidade de Cotas:	847,74832			
Valor Cota Unitária:	196,19593390			

Anexo I- Renda Fixa

(Em milhares de Reais)

Tiger Fundo de Inv. Renda Fixa (Administrado pelo BTG Pactual Serviços Financeiros S/A DTVM)				
Aplicações Títulos Públicos Federais Tipo	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
Notas do Tes. Nacional	SELIC	01/09/2020	7.405	98,04
Valores a Pagar / a Receber			148	1,96
Patrimônio Líquido			<u>7.553</u>	<u>100,00</u>
Quantidade de Cotas:	6.684,55821			
Valor Cota Unitária:	1,12994900			

Anexo I- Renda Fixa

(Em milhares de Reais)

Lion Fundo de Inv. Renda Fixa (Administrado pelo HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo)				
Aplicações Títulos Públicos Federais Tipo	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
Notas do Tes. Nacional	SELIC	07/09/2016	67	0,09
Notas do Tes. Nacional	SELIC	01/03/2019	333	0,47
Notas do Tes. Nacional	SELIC	01/03/2020	1.592	2,31
Notas do Tes. Nacional	SELIC	01/03/2021	4.369	6,34
Notas do Tes. Nacional	SELIC	01/09/2021	7.102	10,30
Notas do Tes. Nacional	SELIC	01/09/2021	21.068	30,55
			34.531	50,06
Títulos Privados Letra Financeira	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
Emitente				
SANTANDER	CDI	10/05/2016	1.002	1,45
VOTORANT	CDI	02/06/2016	978	1,42
SAFRA	CDI	27/05/2016	979	1,42
CEF	CDI	08/12/2016	1.038	1,51
			3.997	5,80
Letra Financeira Subordinada	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
Emitente				
BRADESCO	CDI	13/02/2017	964	1,40
ITAÚ	CDI	11/05/2018	934	1,35
			1.898	2,75
Operações Compromissadas			28.542	41,39
Valores a Pagar / a Receber			-2	-
Patrimônio Líquido			<u>68.966</u>	<u>100,00</u>
Quantidade de Cotas:	60.943,18105			
Valor Cota Unitária:	1,13161350			

9.2 Anexo I I - Renda Variável

(Em milhares de Reais)



Fundo de Inv. em Ações Ideal (Adm. pelo Bradesco Asset Management S/A DTVM)

Aplicações Ações Mercado	Quantidade	Cotação (R\$)	Valor Atual	% s/ Total
ITAUUNIBANCO PN ED N1	111.077	26,33	2.925	11,98
BRADESCO PN ES N1	97.930	19,28	1.888	7,74
AMBEV S/A ON EJ	93.586	17,85	1.672	6,86
EMBRAER ON EJ NM	33.258	30,19	1.004	4,11
BRF SA ON EDJ NM	17.738	55,40	983	4,03
PETROBRAS ON	96.352	8,57	826	3,38
BRASKEM PNA N1	24.174	27,62	668	2,75
CIELO ON NM	19.807	33,59	665	2,72
CETIP ON EJ NM	16.011	37,50	600	2,46
ULTRAPAR ON NM	9.539	60,45	577	2,36
HYPERMARCAS ON NM	25.740	21,71	559	2,29
LOJAS AMERICPN	23.561	19,40	457	1,87
SUZANO PAPEL PNA N1	24.093	18,69	450	1,84
BMFBOVESPA ON NM	40.240	10,89	438	1,79
KROTON ON NM	41.979	9,53	400	1,64
CCR SA ON ED NM	30.354	12,55	381	1,56
FIBRIA ON NM	7.300	51,89	379	1,55
VALID ON EDJ NM	8.583	42,50	365	1,50
TELEF BRASILPN EJ	10.181	35,75	364	1,49
RAIADROGASILON NM	9.919	35,48	352	1,44
EQUATORIAL ON EJ NM	8.500	34,24	291	1,19
VALE PNA N1	27.800	10,25	285	1,17
JBS ON NM	22.431	12,35	277	1,13
COSAN ON NM	10.600	25,20	267	1,09
WEG ON NM	17.100	14,95	256	1,05
TRACTEBEL ON NM	7.100	33,49	238	0,97
CPFL ENERGIA ON NM	14.845	15,18	225	0,92
VALE ON N1	16.305	13,03	212	0,87
LOJAS RENNER ON EJ NM	11.776	17,10	201	0,82
CEMIG PN EJ N1	31.600	6,13	194	0,79
BBSEGURIDADE ON NM	7.773	24,33	189	0,77
NATURA ON NM	4.800	23,49	113	0,46
SABESP ON NM	5.800	18,93	110	0,45
COPEL PNB N1	4.500	24,30	109	0,45
TAESA UNT EDJ N2	5.919	16,75	99	0,41
PETROBRAS PN	13.699	6,70	92	0,38
TIM PART S/A ON NM	13.300	6,86	91	0,37
SAO MARTINHO ON NM	1.900	45,79	87	0,36
SUL AMERICA UNT N2	4.600	18,61	86	0,35
BRADESCO DIR PRE N1	2.929	2,46	7	0,03
BRADESCO DIR ORD N1	88	1,91	-	0,00
	974.78		19.382	79,39
Títulos Privados				
Debêntures				
Emitente	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
VALE	IGPM	31/12/2020	38	0,16
Operações Compromissadas			6.561	26,88
Valores a Pagar / a Receber			-1.569	-6,43
Patrimônio Líquido			24.412	100,00
Quantidade de Cotas:	3.509,90371			
Valor Cota Unitária:	6,9546746			

Fundo de Inv. em Ações Multiply Variable (Adm. pelo Banco BNP Paribas Asset Management Brasil S/A)

Aplicações Ações Mercado	Quantidade	Cotação (R\$)	Valor Atual	% s/ Total
AMBEV S/A ON EJ	75.120	17,85	1.342	5,61
ITAUUNIBANCOPN EDNI	100.786	26,33	2.691	11,27
BRADESCO PN ES NI	100.292	19,28	1.934	8,10
SUZANO PAPELPNA NI	90.597	18,69	1.799	7,54
ITAUSA PN NI	209.185	6,88	1.439	6,03
BSESEGURIDADEON NM	51.880	24,33	1.362	5,71
CIELO ON NM	32.177	33,59	1.160	4,86
BRF SA ON EDJ NM	17.730	55,40	1.091	4,57
PETROBRAS ON	110.948	8,57	951	3,98
COSAN ON NM	31.009	25,20	810	3,39
CETIP ON EJ NM	15.361	37,50	578	2,42
COSAN LOG ON NM	483.022	1,06	533	2,23
VALE PNA NI	43.633	10,25	531	2,22
BRADESPAR PN NI	91.232	4,99	455	1,91
JBS ON NM	36.692	12,35	453	1,90
EQUATORIAL ON EJ NM	12.570	34,24	430	1,80
MARFRIG ON NM	67.710	6,35	430	1,80
QUALICORP ON NM	27.170	14,13	384	1,61
ULTRAPAR ON NM	4.496	60,45	369	1,55
TELEF BRASILPN EJ	10.295	35,75	368	1,54
AES TIETE ON	25.048	14,45	362	1,52
KROTON ON NM	37.635	9,53	359	1,50
CESP PNB NI	25.720	13,40	358	1,50
PETROBRAS PN	37.764	6,70	338	1,42
LOJAS RENNERON EJ NM	15.670	17,10	289	1,21
ALUPAR UNT N2	20.103	13,15	265	1,10
MINERVA ON NM	17.009	13,30	226	0,95
CEMIG PN EJ NI	28.402	6,13	175	0,73
MULTIPLAN ON EJ N2	4.167	38,00	158	0,66
EMBRAER ON EJ NM	5.160	30,19	156	0,65
BMFBOVESPA ON NM	13.422	10,89	146	0,61
ESTACIO PARTON NM	8.660	13,95	121	0,51
WEG ON NM	-	14,95	112	0,47
VALE ON NI	7.700	13,03	100	0,42
GERDAU MET PN NI	59.730	1,66	99	0,41
BRASIL ON NM	5.810	14,74	86	0,36
BR MALLS PARON NM	7.210	11,10	80	0,34
BRADESCO DIR PRE NI	4.434	2,46	11	0,05
BRADESCO ON ES NI	3	20,50	-	0,00
	1.935.552		22.551	94,45
Opções	Quantidade	Cotação (R\$)	Valor Atual	% s/ Total
BVMF ON NM	13.000	1	11	0,05
ITUB /ED PN NI	8.600	1	6	0,03
SUZB PNA NI	13.000	0	3	0,01
BVMF ON NM	-13.000	0	0	0,00
SUZB PNA NI	-13.000	0	0	0,00
ITUB /ED PN NI	-8.600	0	-1	0,00
ITUB /ED PN NI	-8.600	0	-1	0,00
BRFS /EDJON NM	-10.100	0	-4	-0,02
BVMF ON NM	-13.000	0	-4	-0,02
SUZB PNA NI	-13.000	1	-7	-0,03
	-44.700		3	0,02
Títulos Públicos Federais	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
Tipo	SELIC	01/03/2019	81	0,34
Letras Fin. Tes. Nacional				
Operações Compromissadas			162	0,68
Valores a Pagar / a Receber			1.076	4,51
Patrimônio Líquido			23.873	100,00
Quantidade de Cotas:	2.629,01192			
Valor Cota Unitária:	9,0799042			



(Em milhares de Reais)

Anexo I I - Renda Variável

Life Fundo de Investimento em Ações (Admin. pelo Western Asset Management Company DTVM Ltda.)

Aplicações Ações Mercado	Quantidade	Cotação (R\$)	Valor Atual	% s/ Total
ITAUUNIBANCO PN ED NI	112.482	26,33	2.962	12,43
BRADESCO PN ES NI	95.323	19,28	1.838	7,71
AMBEV S/A ON EJ	90.902	17,85	1.624	6,82
BRF SA ON EDJ NM	17.458	55,40	967	4,06
PETROBRAS PN	127.702	6,70	856	3,59
BBSEGURIDADEON NM	34.201	24,33	832	3,49
CIELO ON NM	23.444	33,59	787	3,30
TELEF BRASILPN EJ	21.840	35,75	781	3,28
ITAUSA PN NI	107.004	6,88	736	3,09
PETROBRAS ON	84.606	8,57	725	3,04
BMFBovespa ON NM	63.578	10,89	692	2,90
VALE PNA NI	61.802	10,25	633	2,66
VALE ON NI	46.556	13,03	607	2,55
JBS ON NM	47.785	12,35	590	2,48
EMBRAER ON EJ NM	19.314	30,19	583	2,45
CCR SA ON ED NM	44.016	12,55	552	2,32
ULTRAPAR ON NM	9.062	60,45	548	2,30
LOJAS AMERICPN	27.139	19,40	526	2,21
LOJAS RENNIRON EJ NM	29.054	17,10	497	2,09
CETIP ON EJ NM	11.886	37,50	446	1,87
SUZANO PAPEL PNA NI	23.737	18,69	444	1,86
KROTON ON NM	43.863	9,53	418	1,75
BRASIL ON NM	21.869	14,74	323	1,35
KLABIN S/A UNT N2	13.134	23,45	308	1,29
FIBRIA ON NM	5.785	51,89	300	1,26
WEG ON NM	19.456	14,95	291	1,22
BRADESCO ON ES NI	13.486	20,50	276	1,16
TUPY ON NM	14.416	18,70	270	1,13
AES TIETE PN	18.181	14,46	263	1,10
VALID ON EDJ NM	6.179	42,50	263	1,10
CO SAN ON NM	7.447	25,20	188	0,79
HYPERMARCAS ON NM	8.189	21,71	178	0,75
RAIADROGASILON NM	4.780	35,48	170	0,71
TRACTEBEL ON NM	4.410	33,49	148	0,62
P.ACUCAR-CBDPN NI	3.352	41,86	140	0,59
SAO MARTINHOON NM	2.989	45,79	137	0,57
EQUATORIAL ON EJ NM	3.835	34,24	131	0,55
BRASKEM PNA NI	4.594	27,62	127	0,53
SABESP ON NM	6.504	18,93	123	0,52
TIM PART S/AON NM	17.827	6,86	122	0,51
CEMIG PN EJ NI	17.739	6,13	109	0,46
GERDAU PN NI	21.787	4,65	101	0,42
BR MALLS PARON NM	8.647	11,10	96	0,40
CPFL ENERGIAON NM	5.682	15,18	86	0,36
ESTACIO PARTON NM	5.228	13,95	73	0,31
LOCALIZA ON EJ NM	2.545	24,82	63	0,26
COPEL PNB NI	1.885	24,30	46	0,19
NATURA ON NM	1.745	23,49	41	0,17
ALUPAR UNT N2	1.772	13,15	24	0,10
TEGMA ON NM	5.100	4,70	24	0,10
DIRECIONAL ON NM	6.514	3,51	23	0,10
ECORODOVIAS ON NM	4.168	5,09	21	0,09
PROFARMA ON NM	2.761	5,06	14	0,06
USIMINAS PNA NI	6.235	1,55	10	0,04
BRADESCO DIR PRE NI	2.804	2,46	7	0,03
GAZETA MERC PN *	1.990.050	1,56	3	0,01
CONTAX UNT N2	6.262	0,36	2	0,01
BRADESCO DIR ORD NI	559	1,91	1	0,00
DURATEX ON EJ NM	94	5,90	1	0,00
CIA HERING ON NM	61	15,21	1	0,00
IOCHP-MAXIONON NM	72	12,30	1	0,00
ALPARGATAS PN NI	45	7,12	-	0,00
QUALICORP ON NM	29	14,13	-	0,00
	3.410.971		23.149	97,11
Títulos Públicos Federais				
Tipo	Indexador	Vencimento	Valor	% s/ Total
Letras Fin. Tes. Nacional	SELIC	07/03/2017	44	0,18
Letras Fin. Tes. Nacional	SELIC	01/09/2018	333	1,40
Letras Fin. Tes. Nacional	SELIC	01/03/2019	126	0,53
			<u>503</u>	<u>2,11</u>
Valores a Pagar / a Receber			185	0,78
Patrimônio Líquido			23.837	100,00
Quantidade de Cotas:	3.186.07650			
Valor Cota Unitária:	7,4809441			

Luxor Ações - Fundo de Investimento (Administrado pelo Banco Itaucard S/A)				
Aplicações Ações Mercado	Quantidade	Cotação (R\$)	Valor Atual	% s/ Total
ITAUUNIBANCO PN ED NI	78.443	26,33	2.065	8,63
JBS ON NM	136.550	12,35	1.686	7,05
BRADESCO PN EJ NI	78.804	19,28	1.520	6,35
BBSEGURIDADEON NM	38.650	24,33	941	3,93
MINERVA ON NM	69.141	13,30	920	3,84
TRACTEBEL ON NM	27.478	33,49	920	3,84
CETIP ON EJ NM	21.581	37,50	809	3,38
FIBRIA ON NM	15.472	51,89	803	3,36
VALE PNA NI	75.749	10,25	776	3,24
SUZANO PAPELPNA NI	39.140	18,69	732	3,06
COPEL PNB NI	28.083	24,30	682	2,85
CCR SA ON NM	49.574	12,55	622	2,60
EMBRAER ON EJ NM	19.950	30,19	602	2,52
WEG ON NM	36.100	14,95	540	2,26
VALE ON NI	38.998	13,03	508	2,12
SLC AGRICOLAON NM	30.700	16,45	505	2,11
BRF SA ON EDJ NM	8.281	55,40	459	1,92
ULTRAPAR ON NM	7.563	60,45	457	1,91
CEMIG PN EJ NI BMF	26.567	6,13	163	0,68
BOVESPA ON NM	14.838	10,89	162	0,68
CESP PNB NI	5.948	13,40	80	0,33
BRADESCO DIR PRE NI	2.101	2,46	6	0,02
	849.71		15.958	66,68
Operações Compromissadas			3.870	16,17
Valores a Pagar / a Receber			4.103	17,15
Patrimônio Líquido			<u>23.931</u>	<u>100,00</u>
Quantidade de Cotas:	3.160,30290			
Valor Cota Unitária:	7,5717421			



Anexo I I - Renda Variável

(Em milhares de Reais)

Previdência B - Fundo de Invest. em Ações (Admin. pelo BTG Pactual Serviços Financeiros S/A DTVM)

Aplicações Ações Mercado	Quantidade	Cotação (R\$)	Valor Atual	% s/ Total
AMBEV S/A ON EJ	153.164	17,85	2.733	8,25
ITAUUNIBANCO PN ED N I	98.164	26,33	2.585	7,79
LOJAS RENNIRON EJ NM	148.800	17,10	2.544	7,67
CIELO ON NM	74.301	33,59	2.496	7,52
BRF SA ON EDJ NM	43.920	55,40	2.433	7,33
EQUATORIAL ON EJ NM	49.446	34,24	1.693	5,10
BMFBOVESPA ON NM	155.062	10,89	1.689	5,09
ITAUSA PN N I	203.866	6,88	1.403	4,23
BRADERCO PN ES N I	68.519	19,28	1.321	3,98
ULTRAPAR ON NM	16.633	60,45	1.005	3,03
KLABIN S/A UNT N2	38.649	23,45	906	2,73
KROTON ON NM	93.465	9,53	891	2,69
BBSEGURIDADEON NM	32.632	24,33	794	2,39
PETROBRAS PN	113.829	6,70	763	2,30
PETROBRAS ON	76.323	8,57	654	1,97
EMBRAER ON EJ NM	19.381	30,19	585	1,76
JBS ON NM	47.250	12,35	584	1,76
VALE PNA N I	54.896	10,25	563	1,70
VALE ON N I	41.400	13,03	539	1,62
TELEF BRASILPN EJ	13.394	35,75	479	1,44
RAIADROGASILON NM	11.630	35,48	413	1,25
BRASIL ON NM	23.618	14,74	348	1,05
FIBRIA ON NM	6.274	51,89	326	0,98
CCR SA ON ED NM	24.317	12,55	305	0,92
BRADERCO ON ES N I	13.392	20,50	275	0,83
CETIP ON EJ NM	7.103	37,50	266	0,80
LOJAS AMERICPN	13.349	19,40	259	0,78
SUZANO PAPELPNA N I	13.066	18,69	244	0,74
HYPERMARCAS ON NM	10.557	21,71	229	0,69
BRASKEM PNA N I	7.448	27,62	206	0,62
TRACTEBEL ON NM	5.761	33,49	193	0,58
P.ACUCAR-CBDPN N I	4.429	41,86	185	0,56
SABESP ON NM	9.542	18,93	181	0,55
SANTANDER BRUNT EDJ	11.119	16,04	178	0,54
TIM PART S/AON NM	22.746	6,86	156	0,47
BR MALLS PARON NM	13.048	11,10	145	0,44
ECORODOVIAS ON NM	27.705	5,09	141	0,43
CPFL ENERGIAON NM	8.667	15,18	132	0,40
NATURA ON NM	4.876	23,49	115	0,35
GERDAU PN N I	24.195	4,65	113	0,34
COSAN ON NM	4.325	25,20	109	0,33
LOCALIZA ON EJ NM	4.246	24,82	105	0,32
CEMIG PN EJ N I	16.291	6,13	100	0,30
QUALICORP ON NM	6.113	14,13	86	0,26
SANTOS BRP UNIT EJ N2	6.741	12,60	85	0,26
MULTIPLAN ON EJ N2	2.185	38,00	83	0,25
ENERGIAS BR ON EJ NM	6.559	12,04	79	0,24
BR PROPERT ON NM	8.299	8,42	70	0,21
CESP PNB N I	5.153	13,40	69	0,21
MARCOPOLO PN N2	37.356	1,85	69	0,21
COPEL PNB N I	2.803	24,30	68	0,20
SID NACIONALON	16.996	4,00	68	0,20
MRV ON NM	7.679	8,68	67	0,20
MARFRIG ON NM	10.024	6,35	64	0,19
ESTACIO PARTON NM	4.431	13,95	62	0,19
CIA HERING ON NM	3.648	15,21	55	0,17
SMILES ON NM	1.569	34,80	55	0,17
CYRELA REALTON NM	6.808	7,50	51	0,15
HELBOR ON NM	31.721	1,57	50	0,15
BRADERPAR PN N I	6.246	4,99	31	0,09
ELETROBRAS ON N I	4.948	5,76	29	0,09
GERDAU MET PN N I	16.558	1,66	27	0,08
USIMINAS PNA N I	13.568	1,55	21	0,06
RUMO LOG ON ES NM	2.849	6,24	18	0,05
OI ON N I	5.525	2,40	13	0,04
GOL PN N2	2.654	2,52	7	0,02
BRADERCO DIR PRE N I	2.244	2,46	6	0,02
GAZETA MERC PN *	995.025	1,56	2	0,01

Previdência B - Fundo de Invest. em Ações (Admin. pelo BTG Pactual Serviços Financeiros S/A DTVM)				
Aplicações Ações Mercado	Quantidade	Cotação (R\$)	Valor Atual	% s/ Total
BRADESCO DIR ORD NI	438	1,91	1	0,00
B2W DIGITAL ON NM	15	15,23	-	0,00
ROSSI RESID ON NM	1	0,64	-	0,00
RUMO LOG DIR ORD NM	1,024	0,15	-	0,00
	3.039.978		32.620	98,34
Operações Compromissadas			249	0,75
Valores a Pagar/ a Receber			302	0,91
Patrimônio Líquido			<u>33.171</u>	<u>100,00</u>
Quantidade de Cotas:	3.731,37406			
Valor Cota Unitária:	8,8890832			





PSS - Seguridade Social

www.pssnet.com.br

Rua Dr. Rafael de Barros, 209 - 11º andar - Conj.112 - Paraíso - São Paulo - SP
CEP: 04003-041 - PABX: (11) 3594-6150